

## **GPC Participações S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **1. Informações sobre o Grupo**

A GPC Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, constituída em 1º de outubro de 1997, com endereço à Rua do Passeio, 70 13º andar - Centro - RJ. A Companhia tem por objeto social participar de outras sociedades como sócia ou acionista, cujas principais participações societárias em empresas são as seguintes:

- GPC Química S.A. é uma sociedade de capital fechado e tem como objetivo principal a industrialização e comercialização de metanol, de resinas termofixas para a indústria de painéis de madeira reconstituída (compensado, MDP, MDF e OSB), vernizes para assoalhos e a fabricação de formol. A Empresa possui quatro plantas industriais de classe internacional, sendo três plantas para a produção de resinas termofixas estrategicamente localizados em Araucária - PR, Uberaba - MG e Gravataí - RS, e outra situada no Rio de Janeiro para produção de metanol. Atua também na produção de resinas alquídicas (insumo básico para indústria de tintas) na sua unidade industrial de Gravataí - RS.
- Apolo Tubos e Equipamentos S.A. - sociedade anônima de capital fechado, com sede no Estado do Rio de Janeiro, cujo objetivo é a exploração da indústria do aço em todas as suas modalidades e participação em outras sociedades, como sócia ou acionista;
- Apolo Tubulars S.A. - sociedade anônima de capital fechado, com o controle acionário compartilhado entre Apolo Tubos e Equipamentos S.A. e US Steel Corporation, com o objetivo de produzir tubos especiais para principalmente atender o seguimento de petróleo e gás, visando, também, fornecer tubos ao mercado norte-americano.
- Senergen - Energia Renovável S.A. (nova denominação da RM Materiais Refratários Ltda.) - sociedade anônima de capital fechado, com sede na Cidade de Lorena, Estado de São Paulo, subsidiária da GPC Química S.A., cujo objetivo é a pesquisa e desenvolvimento de processos, equipamentos e produtos, visando ao processamento de biomassa, lodos, pneus e resíduos florestais e agrícolas, bem como a implantação dessas unidades industriais e as respectivas operações.

## **GPC Participações S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **1. Contexto operacional--Continuação**

- Prosint Agropecuária Ltda. - sociedade limitada, com sede na Fazenda Bela Vista, Estado de São Paulo, controlada pela GPC Química S.A., cujo objeto social é a exploração das atividades agrícolas e pecuárias. Em Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 30 de dezembro de 2011 foi aprovada a incorporação da Prosint Agropecuária Ltda. pela GPC Química S.A. sem aumento de capital, uma vez que esta é titular da totalidade das quotas que compõem o capital social da empresa incorporada.
- Metanor S.A. - Metanol do Nordeste - fundada em 1969 e iniciou a produção de metanol em Camaçari em 1976. É controlada de forma compartilhada pela Petroquisa e o Grupo Peixoto de Castro, ambas com metade das ações ordinárias, atualmente atua apenas como empresa holding.
- Copenor - Companhia Petroquímica do Nordeste - controlada pela Metanor S.A. - Metanol do Nordeste, foi criada em 1979 para substituir a importação de alguns derivados de metanol e dedica-se à industrialização e comercialização de produtos petroquímicos e conexos, especialmente metanol, formaldeído, hexametenotetramina, pentaeritritol e formiato de sódio.

### **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis**

#### **(i) Aspectos gerais**

As demonstrações financeiras deste exercício foram apreciadas e aprovadas pela Administração e Conselho Fiscal em 13 de Abril de 2012, as quais são apresentadas em Real, moeda funcional e de apresentação, e todos os valores estão demonstrados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

## **GPC Participações S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação**

#### **(i) Aspectos gerais--Continuação**

As demonstrações financeiras da controladora para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e que no caso da Companhia, diferem das normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto, pelo método de equivalência patrimonial, conforme requerido pelo ICPC 09, enquanto que para fins de *International Financial Reporting Standards (IFRS)*, seria custo ou valor justo.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

As demonstrações financeiras da controladora e consolidado foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

## **GPC Participações S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação**

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia e sua controlada revisam suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são publicadas com as demonstrações financeiras consolidadas.

#### **(ii) Principais práticas contábeis**

##### **a) Reconhecimento de receita**

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e controladas e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia e controladas avaliam as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita.

#### **Venda de produtos**

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

## **GPC Participações S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação**

#### **Receita de juros**

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receitas financeiras, na demonstração do resultado.

#### **b) Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira**

A Administração definiu a moeda corrente do Brasil, o Real (R\$), como “Moeda Funcional” da Companhia e de sua controlada, sendo esta premissa utilizada na preparação das demonstrações financeiras apresentadas em 31 de dezembro de 2011.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço.

Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

#### **c) Caixa e equivalentes de caixa**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera como equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

## **GPC Participações S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação**

#### **d) Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes são demonstradas ao seu valor de realização. Os montantes a receber são registrados com base nos valores nominais, acrescidos das correspondentes variações cambiais incorridas, e não requerem ajuste a valor presente por não contemplar juros embutidos.

#### **e) Estoques**

Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

#### **f) Investimentos**

Os investimentos nas controladas e coligadas foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial conforme CPC 18. Os demais investimentos foram avaliados ao custo de aquisição deduzidos da provisão para desvalorização, quando aplicável.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada. A participação societária nas controladas é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas das controladas.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia.

#### **g) Imobilizado**

Os bens do imobilizado são registrados ao custo de aquisição ou construção e custo atribuído (valor justo) e depreciados pelo método linear, considerando-se a estimativa da vida útil-econômica dos respectivos componentes. As taxas anuais de depreciação estão mencionadas na nota explicativa 10.

## **GPC Participações S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação**

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

#### **h) Arrendamento mercantil**

Os arrendamentos mercantis de imobilizado nos quais a controlada fica substancialmente com todos os riscos e os benefícios de propriedade são classificados como arrendamento financeiro. Os arrendamentos financeiros são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento).

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade fica com o arrendador são classificados como arrendamentos operacionais.

## **GPC Participações S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação**

#### (ii) Principais práticas contábeis--Continuação

##### h) Arrendamento mercantil--Continuação

Os pagamentos feitos para os arrendamentos operacionais (líquidos de todo incentivo recebido do arrendador) são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

##### i) Intangível

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição deduzido da amortização acumulada no período, apurada de forma linear com base em sua vida útil definida.

As licenças de programas de computador e gastos para implementação dos mesmos são capitalizados e amortizados a taxa de 20% a.a. Gastos associados à manutenção de softwares são registrados no resultado do exercício como despesa, à medida que são incorridos.

O ágio formado na aquisição de empresas, fundamentado na expectativa de rentabilidade futura dos investimentos adquiridos, o qual é amortizado proporcionalmente à realização de lucros futuros.

##### j) Provisão para recuperação ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.



## **GPC Participações S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação**

#### **(ii) Principais práticas contábeis--Continuação**

##### **j) Provisão para recuperação ao valor recuperável de ativos não financeiros--Continuação**

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

##### **k) Outros ativos e passivos**

Os demais ativos e passivos, classificados no circulante e não circulante obedecem ao prazo de realização ou de exigibilidade. Esses demais ativos e passivos estão apresentados pelo seu valor de custo ou realização e por valor conhecido e calculável, respectivamente, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, os encargos e as variações monetárias e cambiais.

##### **l) Tributação**

###### **Impostos sobre vendas**

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: (i) quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; (ii) quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e (iii) o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas das controladas estão sujeitas a impostos e contribuições conforme previsto nas legislações federais, estaduais e municipais.

## **GPC Participações S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação**

#### (ii) Principais práticas contábeis--Continuação

##### I) Tributação--Continuação

#### **Imposto de renda e contribuição social - correntes**

Quando da existência de base positiva, as provisões para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro são constituídas com base no lucro ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporário (quando aplicáveis), às alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável no caso de imposto de renda, e de 9% de contribuição social.

Os adiantamentos de imposto de renda e de contribuição social efetuados durante o exercício (quando aplicáveis) são registrados no ativo circulante, e são compensados com o imposto de renda e a contribuição a pagar registrados no passivo circulante.

#### **Imposto de renda e contribuição social – diferidos**

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no período em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto que foram promulgadas na data do balanço.

## **GPC Participações S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação**

#### (ii) Principais práticas contábeis--Continuação

##### l) Tributação--Continuação

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

##### m) Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo governo.

A controlada indireta Copenor goza do benefício de redução de 12,5%, no período compreendido entre 01/01/2009 a 31/12/2013 do imposto de renda devido, e adicionais não restituíveis sobre o lucro da exploração proveniente das operações. Sobre a redução do formaldeído estabilizado a controlada goza de redução de 75% pelo prazo de 9 anos compreendidos entre 2005 a 2013.

As subvenções federais são lançadas diretamente na linha do imposto de renda durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar, e, posteriormente, são destinadas a reserva para subvenções de investimentos no patrimônio líquido (reservas de lucros), exceto aquelas garantidas até 31 de dezembro de 2007 que foram reconhecidas diretamente no patrimônio líquido da controlada como reserva de capital.

## **GPC Participações S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação**

#### (ii) Principais práticas contábeis--Continuação

##### n) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos inicialmente pelo valor justo no recebimento dos recursos. São subsequentemente apresentados ao custo amortizado, ou seja, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*).

Quando relevantes, os custos de transação são contabilizados como redutores dos empréstimos e reconhecidos no resultado ao longo do período da dívida, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os custos dos empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de ativo qualificável formam parte do custo de tal ativo. Outros custos de empréstimos são reconhecidos como despesas, de acordo com o regime contábil de competência.

##### o) Provisões

#### **Geral**

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e suas controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

## **GPC Participações S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação**

#### (ii) Principais práticas contábeis--Continuação

##### p) Provisões

#### **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

##### q) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mantido até o vencimento, (iii) empréstimos e recebíveis e (iv) disponível para venda.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes.

## **GPC Participações S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação**

#### (ii) Principais práticas contábeis--Continuação

##### q) Instrumentos financeiros--Continuação

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: contas a pagar a fornecedores e empréstimos.

A Companhia e suas controladas não operam com instrumentos financeiros derivativos.

##### r) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 547/09 que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2)/IAS 7.

##### s) Demonstrações do valor adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e controladas e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras consolidadas pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base para preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 9 - Demonstração do Valor Adicionado.

##### t) Prejuízo por ação

Prejuízo por ação é calculado com base no CPC 41/IAS33. O cálculo do prejuízo básico por ação é efetuado através da divisão do prejuízo líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o mesmo período.

## **GPC Participações S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação**

#### (ii) Principais práticas contábeis--Continuação

##### t) Lucro (prejuízo) por ação--Continuação

O prejuízo diluído por ação é calculado através da diluição do prejuízo atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais dilutivas em suas respectivas ações.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não há diferença entre o cálculo de prejuízo por ação básico e diluído em função de ações ordinárias potenciais dilutivas.

##### u) Informações por segmentos

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo tomador de decisões operacionais na decisão de alocar recursos para um segmento individual e na avaliação de desempenho do segmento, a qual a Companhia divulga na nota explicativa 26.

### **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação**

#### (ii) Principais práticas contábeis--Continuação

##### v) Ajuste a valor presente

A Companhia e controladas, em cumprimento à Lei nº 11.638/07, ajustam os ativos e passivos provenientes de operações de longo prazo, bem como operações relevantes de curto prazo, a valor presente, quando aplicável. O desconto a valor presente toma por base as taxas básicas de juros praticadas no Mercado Brasileiro.

## **GPC Participações S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- w) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

### **Julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

### **Estimativas e premissas**

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

### **Impostos**

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em

## **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação**

- (ii) Principais práticas contábeis--Continuação

vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Sociedade.



## **GPC Participações S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

### **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

A Companhia reconhece provisão para riscos tributários, causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

## **GPC Participações S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação**

### **2.1. Novos IFRS e interpretações do IFRIC**

Alguns novos procedimentos contábeis do *IASB* e interpretações do *International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC)* foram publicados e/ou revisados e deverão ser emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela CVM, sendo os principais aplicáveis à Companhia:

- ▶ International Accounting Standard (IAS) 24 Exigências de divulgação para entidades estatais e definição de parte relacionada (revisada)

Simplifica as exigências de divulgação para entidades estatais e esclarece a definição de parte relacionada. A norma revisada aborda aspectos que, segundo as exigências de divulgação e a definição de parte relacionada anteriores, eram demasiadamente complexos e de difícil aplicação prática, principalmente em ambientes com amplo controle estatal, oferecendo isenção parcial a entidades estatais e uma definição revista do conceito de parte relacionada. Esta alteração foi emitida em novembro de 2009, passando a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não impacta as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

- ▶ IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais (revisado em 2011)

Como consequência dos recentes IFRS 10 e IFRS 12, o que permanece no IAS 27 restringe-se à contabilização de subsidiárias, entidades de controle conjunto, e associadas em demonstrações financeiras em separado. Esta emenda entra em vigor para períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia está atualmente avaliando os possíveis impactos destas alterações.

## **GPC Participações S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação**

### **2.1. Novos IFRS e interpretações do IFRIC--Continuação**

- ▶ IAS 28 Contabilização de Investimentos em Associadas e Joint Ventures (revisado em 2011)

Como consequência dos recentes IFRS 11 e IFRS 12, o IAS 28 passa a ser IAS 28 Investimentos em Associadas e Joint Ventures, e descreve a aplicação do método patrimonial para investimentos em joint ventures, além do investimento em associadas. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia está atualmente avaliando os possíveis impactos destas alterações.

- ▶ IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações

Aumento nas Divulgações Relacionadas a Baixas. Esta emenda exige divulgação adicional sobre ativos financeiros que foram transferidos, porém não baixados, a fim de possibilitar que o usuário das demonstrações financeiras da Companhia compreenda a relação com aqueles ativos que não foram baixados e seus passivos associados. Além disso, a emenda exige divulgações quanto ao envolvimento continuado nos ativos financeiros baixados para permitir que o usuário avalie a natureza do envolvimento continuado da entidade nesses ativos baixados, assim como os riscos associados. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de julho de 2011, e, no Brasil, somente após a aprovação do CPC. A emenda em questão afeta apenas as divulgações e não tem impacto sobre o desempenho ou a situação financeira da Companhia.

## **GPC Participações S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação**

### **2.1. Novos IFRS e interpretações do IFRIC--Continuação**

#### ► IFRS 9 Instrumentos Financeiros

Classificação e Mensuração - A *IFRS 9* encerra a primeira parte do projeto de substituição da “IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. A *IFRS 9* utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas demonstrações financeiras consolidadas.

#### ► IFRIC 14 Pagamentos Antecipados de um Requisito de Financiamento Mínimo

Esta alteração aplica-se apenas àquelas situações em que uma entidade está sujeita a requisitos mínimos de financiamento e antecipa contribuições a fim de cobrir esses requisitos. A alteração permite que essa entidade contabilize o benefício de tal pagamento antecipado como ativo. Esta alteração passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não impacta as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

#### ► IFRIC 19 Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital

A IFRIC 19 foi emitida em novembro de 2009 e passou a vigorar a partir de 1º de julho de 2010, sendo permitida sua aplicação antecipada. Esta interpretação esclarece as exigências das Normas Internacionais de Contabilidade (*IFRS*) quando uma entidade renegocia os termos de uma obrigação financeira com seu credor e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar a obrigação financeira no todo ou em parte. Esta alteração não impacta as demonstrações financeiras da Companhia.

## **GPC Participações S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação**

### **2.1. Novos IFRS e interpretações do IFRIC--Continuação**

#### ► Melhorias para IFRS

O IASB emitiu melhorias para as normas e emendas de IFRS em maio de 2010 e as emendas são efetivas a partir de 1º de janeiro de 2011. Abaixo elencamos as principais que poderiam impactar a Companhia:

- IFRS 3 - Combinação de negócios.
- IFRS 7 - Divulgação de instrumentos financeiros.
- IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras.

As melhorias acima não resultaram em alterações relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Adicionalmente, o IASB emitiu em 2011 os seguintes pronunciamentos contábeis:

#### ► IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas

O IFRS 10 inclui nova definição de controle na determinação de quais entidades serão incluídas nas demonstrações consolidadas de um grupo. O IFRS 10 substitui em parte o IAS 27 (CPC 36).

#### ► IFRS 11 Operações conjuntas

O IFRS 11 prescreve a contabilização para contratos nos quais existem controle conjunto. Consolidação proporcional não será mais permitida para empreendimentos conjuntos e/ou onde haja controle compartilhado.

#### ► IFRS 12 Divulgação de participação em outras entidades

O IFRS 12 determina as exigências de divulgação para controladas, controladas em conjunto e/ou empreendimentos conjuntos, coligadas e sociedades de propósito específico. O IFRS 12 substitui requerimentos previamente incluídos nos IAS 27 (CPC 35), IAS 31 (CPC 19) e IAS 28 (CPC 18).

## **GPC Participações S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação**

### **2.1. Novos IFRS e interpretações do IFRIC--Continuação**

#### ► IFRS 13 - Mensuração de Valor Justo

Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

A Companhia aguarda a aprovação das normas internacionais pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis brasileiro para concluir sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos em suas demonstrações financeiras. Cabe ressaltar que os IFRS 10, 11 e 12 entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

## **3. Demonstrações financeiras consolidadas**

As práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme em todas as Empresas consolidadas e consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Considerando a existência de acordo de acionista para a administração compartilhada, as demonstrações financeiras da controlada em conjunto Metanor S.A. - Metanol do Nordeste foram consolidadas com base no percentual de participação descrito na Nota 9.

As rubricas sumariadas do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício da controlada em conjunto incluída na consolidação, depois de aplicada a proporção de participação acionária, está resumida a seguir:

## GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2011  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Demonstrações financeiras consolidadas--Continuação

As rubricas sumariadas do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do período da controlada em conjunto incluída na consolidação, depois de aplicada a proporção de participação acionária, está resumida a seguir:

	2011	2010		2011	2010
<b>Ativo</b>			<b>Passivo</b>		
Circulante	19.687	21.672	Circulante	14.423	11.173
Não circulante	38.138	37.089	Não circulante	20.796	18.269
Realizável a longo prazo	6.153	6.254	Exigível a longo prazo	20.796	18.269
Imobilizado	31.562	30.412	Participação minoritária	482	474
Outros	423	423	Patrimônio líquido	22.124	28.845
Total do ativo	57.825	58.761	Total do passivo	57.825	58.761

  

	2011	2010
<b>Demonstração do resultado</b>		
Receita líquida de vendas	74.772	51.758
Custo dos produtos vendidos	(58.524)	(41.243)
Resultado operacional	(15.868)	(18.226)
Imposto de renda e contribuição social	(6.768)	158
Subvenção para investimentos	37	-
Participações acionistas e não controladores	(370)	119
Resultado do exercício	(6.721)	(7.434)

As Empresas controladas, direta ou indiretamente, incluídas na consolidação, e o percentual de participação da controladora compreendem:

	% Participação direta		Participação indireta				Metanor S.A.	
	GPC Participações S.A.		GPC Química S.A.		Apolo Tubos e Equipamentos S.A.		Metanol do Nordeste	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
<b>Controladas diretas</b>								
GPC Química S.A.	89,82	89,82	-	-	-	-	-	-
Apolo Tubos e Equipamentos S.A.	47,90	47,90	-	-	-	-	-	-
Metanor S.A. - Metanol do Nordeste	28,44	28,44	16,76	16,76	-	-	-	-
Copenor - Companhia Petroquímica do Nordeste	0,01	0,01	0,25	0,25	-	-	-	-
<b>Controladas indiretas</b>								
Senergen - Energia Renovável S/A	-	-	40,00	40,00	-	-	-	-
Prosint Agropecuária Ltda.	-	-	99,99	99,99	-	-	-	-
Apolo Tubulars S.A.	-	-	-	-	50,00	50,00	-	-
Copenor - Companhia Petroquímica do Nordeste	-	-	-	-	-	-	44,49	44,49

## GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Demonstrações financeiras consolidadas--Continuação

No processo de consolidação foram tomados os seguintes procedimentos:

- Eliminação dos saldos das contas entre a controladora e as Empresas controladas incluídas na consolidação, bem como das contas mantidas entre as controladas;
- Eliminação dos investimentos da controladora nas Empresas controladas incluídas na consolidação, bem como dos investimentos entre as controladas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as Empresas. Esses saldos são eliminados na medida da participação da Empresa na controlada contra o investimento na mesma;
- Destaque nos balanços patrimoniais e nas demonstrações de resultados consolidados da parcela correspondente à participação de acionistas minoritários.

	Patrimônio líquido		Resultado	
	Dez/2011	Dez/2010	4ºTri 2011	4º Tri 2010
Controladora	181.722	160.485	(58.412)	(19.356)
Acionistas não controladores	26.457	38.047	19.650	(5.340)
Consolidado	208.179	198.532	(38.762)	(24.696)



## GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Caixa e bancos				
Caixa	3	3	33	19
Banco do Brasil	-	-	77	-
Banco Bradesco S.A.	-	-	54	120
Banco Itau S.A.	-	-	2.120	4.582
Banco Banrisul S.A.	-	-	120	197
Banco ABC Brasil S.A.	-	-	4	173
Banco Daycoval S.A.	-	-	243	135
Banco BBM S/A	-	-	634	-
Banco Cruzeiro do Sul	-	-	771	-
Caixa Econômica Federal	-	-	1.409	-
Banco Prosper	-	-	1.340	-
Bicbanco S.A.	-	-	187	1.827
Banco Safra S.A.	-	-	130	505
Outros Bancos	1	27	1.460	997
	<b>4</b>	<b>30</b>	<b>8.582</b>	<b>8.555</b>
Aplicações financeiras				
Banco Bradesco S.A.	-	-	-	6.259
Banco Prosper S.A.	-	-	3.436	693
Banco Itau S.A.	-	-	2.848	304
Bicbanco S.A.	-	-	-	31
Banco Indusval S.A.	-	-	-	607
Banco Safra S.A.	-	-	694	790
Banco Credit Suisse S.A.	-	-	-	4.144
Outras aplicações	107	108	916	787
	<b>107</b>	<b>108</b>	<b>7.894</b>	<b>13.615</b>
Total de caixa e equivalentes de caixa	<b>111</b>	<b>138</b>	<b>16.476</b>	<b>22.170</b>
Aplicações financeiras				
Banco Prosper S.A. (a)	-	-	11.764	25.288
Banco Cruzeiro do Sul S.A.	-	-	3.742	-
Caixa Econômica Federal	-	-	4.391	-
Banco Credit Suisse S.A.	-	-	4.624	-
Outras aplicações	-	-	487	-
Total aplicações financeiras	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>25.008</b>	<b>25.288</b>

(a) As aplicações financeiras são operações de renda fixa (opção flexível) com operações de swap, com taxas que variam até 1% acima do CDI, nas quais o Banco Prosper S.A. é a instituição financeira intermediadora da operação.

## GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2011  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 5. Contas a receber - clientes

	<b>Consolidado</b>	
	<b>Dez/2011</b>	<b>Dez/2010</b>
Clientes no exterior	140	95
Clientes no país	70.411	29.412
AVP	(189)	(192)
Provisão para devedores duvidosos	(4.392)	(3.973)
	<b>65.970</b>	<b>25.342</b>

Segue a movimentação da provisão para devedores duvidosos durante o período:

<b>Consolidado</b>	
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<b>3.973</b>
(+) Complemento de PDD	<b>811</b>
(-) Baixas ocorridas	<b>(392)</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<b>4.392</b>

A Companhia e suas controladas não possuíam em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 transações que gerassem efeito significativo de ajuste a valor presente.

## GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2011  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 6. Estoques

	Consolidado	
	Dez/2011	Dez/2010
Matérias-primas e embalagens	14.615	18.269
Produtos em elaboração	5.557	3.488
Produtos acabados	23.089	27.644
Almoxarifado de manutenção e reposição	5.640	5.607
Importações em andamento	2.272	2.350
Adto a fornecedores	4.118	-
Estoque próprio em poder de terceiros	1.823	2.269
Estoque de terceiros	180	-
Outros estoques	804	441
Catalisadores	926	-
(-) Provisão p/perdas	(664)	(181)
	<b>58.359</b>	<b>59.887</b>

### 7. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	Dez/2011	Dez/2010	Dez/2011	Dez/2010
PIS/COFINS	-	-	7.927	6.444
IPi	-	-	7.957	6.806
ICMS	-	-	8.978	9.852
IRPJ e CSLL	-	17	1.764	4.956
IRRF	3.647	4.357	6.146	7.030
OUTROS	-	-	1.165	458
	<b>3.647</b>	<b>4.374</b>	<b>33.937</b>	<b>35.546</b>
(-) Circulante	<b>3.647</b>	<b>4.374</b>	<b>23.974</b>	<b>26.071</b>
Não circulante	-	-	<b>9.963</b>	<b>9.475</b>

## **GPC Participações S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **7. Impostos a recuperar--Continuação**

Parcela relevante dos créditos de ICMS constituídos, principalmente em 2005, pelo expressivo volume de exportações realizadas pelas controladas Apolo Tubos e Equipamentos S.A. e Apolo Tubulars S.A., está sendo compensada em decorrência do aumento das vendas tributadas nacionais e pelo enquadramento, a partir de março de 2006, da *controlada* indireta Apolo Tubos e Equipamentos S.A. no regime de tributação especial no Estado do Rio de Janeiro que, basicamente, difere a tributação do ICMS sobre a aquisição das matérias primas para o momento de saída, de modo que é esperada uma redução acelerada dos atuais saldos credores. Na controlada GPC Química S.A. (unidade de Uberaba), o saldo credor acumulado de ICMS se deu pela razão de a totalidade dos insumos serem adquiridos fora do Estado de MG, com créditos de 12%, ao passo que 60% das vendas realizadas são beneficiadas pelo cliente Satipel-Ube com diferimento de ICMS na aquisição desses insumos por um decreto estadual. Em Agosto de 2011 foi efetuada uma compra de veículos pesados (caminhões) no valor de R\$ 1.600 com utilização do referido saldo de créditos, deferida pela Secretaria de Fazenda do Estado de Minas Gerais. A transferência do ICMS foi efetuada através da emissão de duas Notas Fiscais para o fornecedor Iveco Latin América Ltda., no valor de R\$ 800 cada, uma em Agosto de 2011 e outra em Setembro de 2011, em 31 de dezembro de 2011 o saldo acumulado desta unidade é de R\$ 1.385.

Os demais tributos e contribuições deverão ser compensados com obrigações a pagar de mesma natureza. Os saldos de longo prazo deverão ser inteiramente compensados num prazo não superior a 10 anos.

## GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2011  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 8. Bens e direitos a realizar (consolidado)

O saldo de bens e direitos a realizar era composto como segue:

	Consolidado	
	Dez/2011	Dez/2010
Valores classificados no ativo circulante		
Créditos a receber com a União Federal (a)	1.778	1.643
Blumen Empr e Partic Ltda. (b)	5.000	1.683
Servatis S.A. (c)	-	973
Senergen - Soluções (d)	-	3.500
Fazenda Bela Vista (e)	-	9.554
Créditos a receber com a Prefeitura Municipal de Camaçari (a)	4.454	-
Savoy S.A. (h)	29.387	-
	40.619	17.353
Valores classificados no realizável a longo prazo		
Créditos a receber com a União Federal (a)	12.446	13.143
Créditos a receber com a Prefeitura Municipal de Camaçari (a)	-	5.403
Blumen Empr e Partic Ltda. (b)	3.042	2.432
Créditos a receber - Polwax (f)	2.170	2.170
Compensados LFPP Ltda. (g)	1.652	1.652
Servatis S.A. (c)	970	-
	20.280	24.800
(-) Provisão para perdas (f)	(2.170)	(2.170)
	18.110	22.630

- (a) Os créditos a receber junto à Prefeitura Municipal de Camaçari e União Federal referem-se a valores oriundos de prestação de serviços que vêm sendo cobrados judicialmente. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores legais, entende que estes valores serão recebidos quando da conclusão das ações atualmente em curso. Até dezembro de 2011 foram recebidas duas parcelas (uma parcela por ano) referentes aos créditos da União Federal. Quanto ao crédito de Camaçari, a Companhia recebeu uma parcela no valor de R\$ 949 em dezembro de 2011 e está prevista a liquidação do saldo até o final de 2012.
- (b) Crédito junto à Empresa Blumen Empreendimentos e Participações Ltda. referente a venda de imóvel localizado no Município do Rio de Janeiro. O valor no ativo não circulante de R\$ 3.042 corresponde a 20 parcelas de R\$152. Estão sendo tomadas as medidas judiciais cabíveis para recebimento deste crédito.

## **GPC Participações S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **8. Bens e direitos a realizar (consolidado)--Continuação**

- (c) Saldo a receber da Servatis S.A. refere-se ao adiantamento efetuado que seria devolvido à GPC Química S.A. ao fim do Contrato de Fornecimento e Outras Avenças garantido pelos equipamentos adquiridos com os recursos, conforme cláusula oitava do contrato. Em 2010 houve distrato entre as partes, conforme termo aditivo ao contrato, ficando acertada a restituição à GPC Química S/A o valor de R\$ 970 em 12 parcelas mensais. A Servatis não cumpriu com o disposto nos termos de distrato, pelo que a Administração da Companhia está tomando as medidas judiciais cabíveis para o recebimento do acordado.
- (d) Refere-se a cessão de 13.045 cotas da Senergen - Energia Renovável S.A. (nova denominação da RM Materiais Refratários Ltda.) conforme Instrumento Particular de Cessão de Cotas de 05 de Outubro de 2009, cujo recebimento ocorreu em junho de 2009 da seguinte forma: i) R\$1.420 em dinheiro; e ii) R\$2.080 em créditos de contratos de mútuo a receber da própria Senergen - Energia Renovável S.A.
- (e) Em 29 de julho de 2011 foi formalizada a venda do imóvel "Fazenda Bela Vista" localizado em São Paulo para a Empresa Alambari Empreendimentos e Participações Ltda. O saldo em 31 de dezembro de 2011 corresponde a 10 parcelas de R\$ 500.
- (f) O valor de R\$2.170 refere-se a recebíveis da linha da Polwax. Em dezembro de 2009 foi constituída provisão para perdas deste crédito.
- (g) Crédito junto a empresa Compensados LFPP Ltda. conforme instrumento particular de confissão de dívida com garantia de imóvel avaliado em R\$ 2.078 conforme laudo de avaliação da Merithum Avaliação Ltda. A Administração está tomando as medidas judiciais cabíveis para recebimento do crédito.
- (h) Em 29 de dezembro de 2011, a controlada Apolo Tubos celebrou instrumento particular de Compromisso de Venda e Compra de Imóvel com a empresa Savoy Imobiliária Ltda (a "Savoy") com a finalidade de promover a venda do imóvel de sua propriedade, onde tem sua sede e realiza as suas atividades industriais. A operação envolveu a venda do terreno e das construções, acessões e benfeitorias a ele agregadas.

## GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 8. Bens e direitos a realizar (consolidado)--Continuação

O imóvel, com aproximadamente 87 mil metros quadrados de área de terreno e construções, acessões e benfeitorias com aproximadamente 22 mil metros quadrados, foi vendido pelo preço total de R\$ 29.387, sendo:

- a) R\$ 11.755 a título de sinal e princípio de pagamento, integralmente pagos em 16 de março de 2012;
- b) R\$ 17.632 relativos ao saldo do preço que será pago em uma única parcela, fixa e irrevogável, no ato da escritura de venda e compra.

A Apolo Tubos celebrou nesta mesma data contrato de locação com a Savoy, do imóvel que era de sua propriedade (lease back), pelo prazo de 10 anos, renovável por mais 2 períodos de 10 anos cada.

A Savoy é uma empresa independente motivo pelo qual as transações de venda do imóvel e sua locação foram consideradas como realizadas a valor justo.

O referido contrato de locação possui prazo de 120 meses, facultada à Apolo Tubos a renovação por até mais dois períodos de até 120 meses, cada. O valor mensal do aluguel está fixado em R\$ 300 aproximadamente e nos termos do contrato a controlada Apolo Tubos se obriga a não rescindir o referido contrato por um prazo mínimo de 60 meses (5 anos), sendo a penalidade no caso de rescisão em prazo inferior a 60 meses o pagamento das parcelas remanescentes até que seja completo este período (60 meses) e os pagamentos mínimos requeridos podem ser demonstrados como segue:

2012	3.601
2013	3.601
2014	3.601
2015	3.601
2016	3.601
	<u>18.005</u>

O valor presente dos pagamentos mínimos não canceláveis descontados a taxas de 12% ao ano e 5% ao ano é de aproximadamente R\$ 12.900 e R\$ 15.600, respectivamente. O valor dos pagamentos mínimos futuros não canceláveis (nominal e presente) não corresponde substancialmente ao valor justo dos ativos arrendados.

## GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 8. Bens e direitos a realizar -- Continuação

Adicionalmente, o prazo mínimo de locação não corresponde a maior parte da vida útil econômica dos ativos locados; os quais não possuem previsão contratual de serem transferidos ou vendidos à Apolo Tubos no término do contrato de locação. Os instrumentos contratuais de venda dos ativos e sua locação não conferem à controlada a opção de compra dos ativos ao término do período de locação e o imóvel arrendado, ora em uso pela Apolo Tubos, pode ser utilizado para outras finalidades por outros locatários findo o prazo de locação. As renovações do contrato de aluguel, se a Companhia optar por efetuar-las, se darão mediante a negociação de preço a ser efetuada entre as partes e o contrato de locação não prevê a fixação de um aluguel mínimo por valores irrisórios.

Alterações no imóvel arrendado somente podem ser efetuadas mediante prévia autorização por parte da Savoy, que possui pleno direito de vistoriar o imóvel a qualquer tempo de acordo com sua conveniência estando a Apolo Tubos obrigada contratualmente a permitir e facilitar estas inspeções. O imóvel não pode ser cedido, transferido, locado ou sublocado para terceiros sem a prévia aprovação por parte da Savoy e a Apolo Tubos não pode utilizar o imóvel alocado para outras finalidades além daquelas atualmente em curso e descritas em seu estatuto social, a menos que o uso para estas outras atividades seja aprovado pela Savoy.

Face as características intrínsecas ao contrato de locação o mesmo não transfere substancialmente os riscos e benefícios de propriedade, motivo pelo qual este arrendamento foi classificado como operacional.

Como consequência desta transação a Companhia apurou um ganho na alienação do imóvel como demonstrado a seguir:

---

Valor total da venda	29.387
Saldo residual baixado no ativo imobilizado	25.985
Ganho na venda (outros resultados operacionais)	3.402

Os imóveis objeto desta transação, quando da adoção das novas práticas contábeis (CPC) foram avaliados por seu *deemed cost* que teve como contrapartida a rubrica ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Por sua alienação à Savoy a parcela do *deemed cost* referente a estes ativos foi transferida da rubrica ajuste de avaliação patrimonial para resultado acumulado, também no patrimônio líquido.



## GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2011  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 9. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	Dez/2011	Dez/2010	Dez/2011	Dez/2010
Participações em empresas controladas	151.640	179.771	-	-
Outros investimentos	-	-	2.739	2.786
	<b>151.640</b>	<b>179.771</b>	<b>2.739</b>	<b>2.786</b>

a) Mutações nos investimentos em empresas controladas e coligadas durante o período

	Controladora			
	2011			
	Apolo Tubos e Equipamentos S.A.	GPC Química S.A.	Metanor S.A. Metanol do Nordeste	Companhia Petroquímica do Nordeste
Total em 31/12/2010	29.824	134.181	15.760	6
Equivalência patrimonial (Resultado)	(17.738)	(5.962)	(4.431)	-
Total em 31/12/2011	<b>12.085</b>	<b>128.220</b>	<b>11.329</b>	<b>6</b>

## GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 9. Investimentos--Continuação

b) Informações sobre as principais empresas controladas e coligadas em 31 de dezembro de 2011

	Apolo Tubos e Equipamentos S.A.	GPC Química S.A.	Metanor S.A. - Metanol do Nordeste
Quantidade de ações/quotas detidas (em milhares)			
Ações ordinárias	15.459	1.705.890.696	48.884
Ações preferenciais	-	-	84.968
Capital social	23.512	50.413	67.425
Patrimônio líquido	24.819	142.885	52.269
Lucro (prejuízo) do período	(37.032)	(6.637)	(15.581)
Percentual de participação (%)	47,8998	89,824	28,44
Resultado de equivalência patrimonial	(17.738)	(5.962)	(4.431)

b1. Informações sobre investimento na controlada indireta - Senergen - Energia Renovável S.A. (nova denominação da RM Materiais Refratários Ltda.).

Em 29 de dezembro de 2004, através do instrumento particular de cessão de quotas, a GPC Química S.A. adquiriu o equivalente a 90% das quotas (33.541 com valor nominal de R\$256,98) da Senergen S.A. por R\$8.620.

Em 5 de outubro de 2009 a GPC Química S.A. alienou 50% de suas cotas de participação - 18.635 (dezoito mil, seiscentas e trinta e cinco) quotas do capital social da Senergen S.A.

Fundada em 1989, a Senergen S.A. tem como principal atividade a pesquisa e o desenvolvimento de equipamentos, processos e produtos. Durante o ano de 2004, a Empresa encerrou a fase de escala piloto do programa BEM - Biomassa - Energia - Materiais, cujo objetivo é implementar a construção das unidades industriais no âmbito nacional e internacional.

O programa BEM é fundamentado na aplicação da ciência e tecnologia de metais refratários para fabricação de reatores químicos para processamento de biomassa. A finalidade do programa é explorar o potencial produtor de biomassa no Brasil para resolver, de maneira auto-sustentada, dois grandes problemas brasileiros que são a escassez energética e de algumas matérias-primas químicas industriais, bem como a correta manipulação da biomassa residual.

## **GPC Participações S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **9. Investimentos--Continuação**

b) Informações sobre as principais empresas controladas e coligadas em 31 de dezembro de 2011--Continuação

- b1. Informações sobre investimento na controlada indireta - Senergen - Energia Renovável S.A. (nova denominação da RM Materiais Refratários Ltda.)  
--Continuação

O programa BEM representa um empreendimento pioneiro no mundo, no qual se busca o aproveitamento integral de biomassa, podendo esta possuir origem no lixo urbano (municipal), na madeira (florestal) ou ainda no bagaço e na palha da cana (açúcar e álcool). O aproveitamento de resíduos sob a forma de biomassa num país com as características do Brasil tem forte impacto nos segmentos ambiental, social e econômico, pois a tecnologia do programa BEM permite que se alcance um projeto ambiental ecológico e econômico.

A empresa encontra-se em fase pré-operacional e concluindo dentro de alguns meses os ajustes técnicos necessários à conclusão dos equipamentos construídos em escala industrial. A administração definiu como premissa eventuais vendas de pacotes tecnológicos que incluem o know-how e direitos de uso das patentes enquanto os clientes deverão adquirir os equipamentos diretamente aos fabricantes os quais serão oportunamente credenciados pela Senergen para a construção dos reatores.

- b2. Informações sobre investimentos na controlada em conjunto Metanor e sua controlada Copenor

#### **Operações**

A controlada em conjunto Metanor S.A. - Metanol do Nordeste foi fundada em 1969 e iniciou a produção de metanol em Camaçari em 1976. Com o objetivo de substituir a importação de alguns derivados do metanol, foi criada em 1979 a Copenor - Companhia Petroquímica do Nordeste (Copenor).

O controle acionário da Metanor é compartilhado pela Petroquisa e pela Companhia, ambos com metade das ações ordinárias da Empresa. A Metanor é controladora da Copenor com 100% das ações ordinárias.

## GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 9. Investimentos--Continuação

b) Informações sobre as principais empresas controladas e coligadas em 31 de dezembro de 2011--Continuação

b2. Informações sobre investimentos na controlada em conjunto Metanor e sua controlada Copenor--Continuação

Em novembro de 2004, a Metanor transferiu integralmente suas operações para a Copenor, permanecendo apenas como empresa *holding*.

Com plantas industriais no Pólo Petroquímico de Camaçari - BA e em Sorocaba - SP, a controlada Copenor produz metanol, formaldeído, pentaeritritol, hexametilenotetramina e formiato de sódio no site de Camaçari, formaldeído e acetaldeído no site de Sorocaba. Em Sorocaba, a produção de monopentaeritritol foi interrompida em março de 2001, e a de ácido fórmico em abril de 2005, quando a Copenor passou a importar e revender este produto. Em abril de 2007, a Copenor interrompeu a produção de acetaldeído e formaldeído em Sorocaba (SP) e paralisou temporariamente a produção da planta de pentaeritritol em Camaçari (BA).

A Copenor possui em seu ativo fixo R\$ 39.385 relativos a plantas em Sorocaba-SP e Camaçari-BA. Em decorrência da suspensão por tempo indeterminado das operações da Unidade de Sorocaba, da Controlada indireta Copenor, parte do ativo imobilizado relativa a este *site* foi colocada à venda e transferido para o ativo circulante na rubrica de bens destinados a venda no montante de R\$30.852 (representando R\$14.025 no consolidado da GPC Participações). O saldo líquido desses ativos foi ajustado ao valor estimado de mercado, quando inferior ao saldo líquido contábil, deduzido dos custos para venda, quando aplicável.

Em outubro de 2010, a Companhia alienou os ativos da unidade de Sorocaba por R\$ 23.500 e reconheceu perda na realização desses ativos no montante de R\$ 11.352. Os ativos da planta de Camaçari, no valor líquido de R\$ 8.533 em 30 de dezembro de 2011 (R\$ 7.478 em 31 de dezembro de 2010), encontram-se hibernados, em condições de uso nos negócios da Copenor ou de terceiros e a recuperação do valor líquido contábil desses ativos depende do sucesso das ações da Administração da controlada Copenor.

## **GPC Participações S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **9. Investimentos--Continuação**

b) Informações sobre as principais empresas controladas e coligadas em 31 de dezembro de 2011--Continuação

- b2. Informações sobre investimentos na controlada em conjunto Metanor e sua controlada Copenor--Continuação

#### **ICMS**

O ICMS a recuperar do Estado de São Paulo no valor de R\$ 6.552 (R\$ 6.259, em 31 de dezembro de 2010), refere-se a créditos acumulados na controlada Copenor pelas diferenças de alíquotas nas aquisições de matérias-primas (alíquota de 18%), enquanto que a maior parte das vendas foram realizadas para outras unidades da federação, principalmente para estados do nordeste, cuja alíquota é 7%, gerando desta forma créditos para a controlada Copenor. A Administração da controlada está aguardando decisão do processo administrativo, por meio do qual solicitou a autorização para transferência desses créditos a terceiros, sob a forma de venda ou pagamento a fornecedores.

Caso a decisão do processo administrativo seja desfavorável a Administração da controlada entende que o referido crédito se realiza através de suas operações normais em aproximadamente seis anos.

## **GPC Participações S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **9. Investimentos--Continuação**

b) Informações sobre as principais empresas controladas e coligadas em 31 de dezembro de 2011--Continuação

- b2. Informações sobre investimentos na controlada em conjunto Metanor e sua controlada Copenor--Continuação

#### **Contribuição social**

Em 1994, a Companhia obteve decisão favorável transitada em julgado reconhecendo a inconstitucionalidade da CSL, que foi objeto de Ação Rescisória movida pela União. Tal ação rescisória foi julgada procedente em decisão final proferida pelo Supremo Tribunal Federal, quando da análise de Agravo de Instrumento interposto pela Companhia que teve seu seguimento negado, em decisão publicada em 06 de abril de 2011.

Em que pese o julgamento acima, os valores relativos à CSL já se encontravam em discussão judicial através de execuções propostas pela União, devidamente embargadas, onde são levantadas questões inerentes aos limites e efeitos da decisão de constitucionalidade da CSL, em especial no que tange à impossibilidade de exigência da CSL pelo período em que se encontrava acobertada pela coisa julgada, senão, o afastamento da multa e juros de mora, inaplicáveis ao caso.

A Administração da Companhia, com base nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN 02/2011 (art. 13) que reabriu a possibilidade de inclusão de novos débitos dos contribuintes no REFIS (Lei 11.941/09) que não teriam sido anteriormente apontados para parcelamento, optou por efetuar a inclusão, em julho de 2011, dos débitos que se encontravam em tramitação perante a Receita Federal no montante de R\$ 4.922, após as devidas deduções legais, que foram parcelados em 180 meses (Vide Nota 18). Os débitos da CSL inscritos em dívida ativa no montante de R\$ 8.532, após as devidas deduções legais, não foram acatados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional para inclusão no parcelamento, tendo a Companhia ingressado, em 5 de outubro de 2011, com Mandado de Segurança com pedido de liminar para inclusão destes débitos, excluindo-se os valores relativos à multa isolada, sobre a qual será mantida a discussão.

## **GPC Participações S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **9. Investimentos--Continuação**

b) Informações sobre as principais empresas controladas e coligadas em 31 de dezembro de 2011--Continuação

- b2. Informações sobre investimentos na controlada em conjunto Metanor e sua controlada Copenor--Continuação

#### **Contribuição social--Continuação**

A despeito do posicionamento da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, a Administração da Companhia baseada na opinião dos seus assessores jurídicos externos, avalia a perspectiva de êxito como possível, seja pelo princípio da isonomia,

seja pela aceitação da inclusão de valores no parcelamento pela Receita, não sendo possível a existência de posturas distintas em um mesmo órgão da administração (Ministério da Fazenda), razão pela qual, manteve os registros contábeis decorrentes da inclusão destes débitos no parcelamento (Vide Nota 18).

Se a decisão no Mandado de Segurança for desfavorável, a Companhia prosseguirá com as discussões judiciais em andamento, referente aos débitos inscritos na dívida ativa e com base na opinião de seus assessores jurídicos, acredita que a decisão só produzirá efeitos a partir do exercício fiscal de sua publicação.

Caso seja estabelecida judicialmente a retroatividade da contribuição, contrariando o entendimento expresso em pareceres dos advogados externos, a Companhia avalia ser remota a possibilidade de cobrança de multa. Desta forma, o montante devido pela Companhia, atualizado monetariamente é de, aproximadamente, R\$ 5.161, excluindo-se a multa.

## **GPC Participações S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **9. Investimentos--Continuação**

b) Informações sobre as principais empresas controladas e coligadas em 31 de dezembro de 2011--Continuação

- b2. Informações sobre investimentos na controlada em conjunto Metanor e sua controlada Copenor--Continuação

**Contribuição social--Continuação**

A Companhia e sua controlada possuíam alguns autos de infração em que foi imputada penalidade pelo não recolhimento ou diferenças no recolhimento das estimativas mensais da CSL, sendo aplicada a multa isolada prevista na Lei nº 9.430/96. A Companhia vem defendendo a impossibilidade de aplicação de tal penalidade, tendo em vista o fato da lavratura dos autos de infração ter ocorrido após o fechamento do exercício, com a imposição ainda da multa de ofício sobre os valores da contribuição, apurados ao final do ajuste anual. Em 31 de dezembro de 2011, o montante envolvido era de R\$ 4.805 controladora e R\$ 7.345, consolidado.

A Administração da Companhia e sua controlada, respaldadas em decisões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF, que vem acatando as alegações dos contribuintes, e na opinião dos seus advogados externos que consideram possíveis as chances de êxito dos processos, não constituiu provisão para a referida demanda.

- b3. Informações sobre investimentos em controlada - GPC Química S.A.

A GPC Química S.A tem como objetivo principal a industrialização e comercialização de metanol, de resinas termofixas para a indústria de painéis de madeira reconstituída (compensado, MDP, MDF e OSB), vernizes para assoalhos, produtos de limpeza e a fabricação de formol.

A Empresa possui quatro plantas industriais de classe internacional para a produção de resinas termofixas, estrategicamente localizadas em Araucária (PR), Uberaba (MG) e Gravataí (RS), e outra situada no Rio de Janeiro (RJ) para produção de metanol. Atua também na produção de vernizes para tratamento de pisos na sua unidade industrial de Gravataí (RS).



## GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 9. Investimentos--Continuação

b) Informações sobre as principais empresas controladas e coligadas em 31 de dezembro de 2011--Continuação

b.4 Informações sobre investimentos em controlada - Apolo Tubos e Equipamentos S.A.

A controlada que tem por objetivo a exploração da indústria do aço em todas as suas modalidades tem como principal atividade, a industrialização e o comércio de tubos realizados através de sua unidade fabril de Pavuna - Rio de Janeiro e de sua controlada Apolo Tubulars S.A. em Lorena - São Paulo. As duas plantas possuem uma capacidade instalada de produção de 200.000 toneladas/ano.

Em novembro de 2006, a Apolo Tubos e Equipamentos S.A., vendeu parte de sua participação acionária na Apolo Mecânica e Estruturas Ltda. para a US Steel Corporation. Apolo Mecânica passou a se chamar Apolo Tubulars S.A.

Os recursos aportados pela US Steel Corporation foram utilizados na aquisição de novos equipamentos, no aprimoramento e na adequação em geral da unidade industrial, melhorando, em consequência, sua capacidade de produzir tubos soldados destinados à produção, exploração e condução de petróleo e gás.

A “Joint Venture” constituída é uma decorrência natural do sucesso da aliança comercial estratégica firmada entre Apolo e US Steel Corporation para o fornecimento de tubos ao mercado norte-americano. Com os novos investimentos a Apolo Tubulars fica integralmente capacitada a participar do crescente mercado de fornecimento de tubos à indústria de petróleo e gás, especialmente no Brasil e na América do Sul. Além disso, o acesso da empresa ao mercado norte-americano continua via a aliança, que permanece em vigor assegurando à US Steel Corporation direitos exclusivos de comercialização dos produtos da Apolo Tubulars na América do Norte.

## GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 10. Imobilizado

Descrição	Taxa anual de depreciação %	Controladora		Consolidado	
		Dez/2011	Dez/2010	Dez/2011	Dez/2010
Terrenos	2 a 8	-	-	42.072	50.859
Imóveis	2 a 8	68	68	71.946	84.490
Máquinas/instalações industriais	5 a 10	-	-	388.570	345.152
Móveis e utensílios	10	145	144	4.624	4.455
Veículos	20	-	-	10.546	11.401
Computadores e periféricos	20	52	49	8.270	7.840
Imobilizações em andamento (*)		178	-	52.325	56.046
Outros		-	-	2.185	3.830
		443	261	580.539	564.073
Depreciação acumulada		(189)	(174)	(134.116)	(102.330)
		254	87	446.423	461.744
		254	87	446.423	461.744

Controladora					Consolidado				
Movimentação do custo	Dez/2010	Adições	Outras	Dez/2011	Movimentação do custo	Dez/2010	Adições	Baixas	Transfe- rências
Terrenos	-	-	-	-	Terrenos	50.859	-	(8.787)	-
Imóveis	68	-	-	68	Imóveis	84.490	118	(12.478)	(176)
Máquinas/Instalações industriais	-	-	-	-	Máquinas/Instalações industriais	345.152	8.780	(739)	35.378
Móveis e utensílios	144	1	-	145	Móveis e utensílios	4.455	185	(24)	-
Veículos	-	-	-	-	Veículos	11.401	1.754	(2.609)	-
Computadores e periféricos	49	3	-	52	Computadores e periféricos	7.840	465	(36)	-
(*) Imobilizações em andamento	-	178	-	178	(*) Imobilizações em andamento	56.046	36.534	(6.325)	(33.929)
Outros	-	-	-	-	Outros	3.830	105	(476)	(1.273)
	261	182	-	443		564.073	47.941	(31.474)	-

(\*) Referem-se substancialmente a valores aplicados na controlada GPC Química S.A referente ao projeto da Nova Unidade de Geração de Gás de Síntese U-10.000, cuja 1ª fase foi concluída no exercício de 2007 e transferida para o imobilizado em operação e ao montante de R\$1.982 correspondente a juros sobre obras em andamento. Em Ago/2011 a nova Unidade de DME da controlada GPC Química S.A. entrou em operação, ocasionando a transferência do montante de R\$19.119 de Imobilizações em andamento para Máquinas e Instalações Industriais.

A Companhia e suas controladas realizaram a análise dos indicadores de *impairment* estabelecidos pelo CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos, e não identificaram indícios de que seu ativo imobilizado estivesse registrado acima de seu valor de realização.

## GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 11. Intangível

	Controladora		Consolidado	
	Dez/2011	Dez/2010	Dez/2011	Dez/2010
Ágio oriundo de reestruturação societária	-	-	<b>30.121</b>	30.121
Marcas e patentes	-	-	<b>332</b>	331
Outros	<b>1</b>	1	<b>239</b>	1.193
Licença de uso de tecnologia	-	-	<b>4.986</b>	3.967
Amortização acumulada	-	-	<b>(32.684)</b>	(32.366)
(-)Provisão para perdas	-	-	<b>(150)</b>	(150)
	<b>1</b>	1	<b>2.844</b>	3.096

#### Ágio oriundo de reestruturação societária

Com o objetivo de simplificar a estrutura societária do Grupo Peixoto de Castro, centralizando os investimentos em Empresas operacionais na GPC Participações S.A., assim como transferir para a Apolo Tubos e Equipamentos S.A. e GPC Química S.A. o benefício fiscal resultante da amortização do ágio pago por seus acionistas em exercícios anteriores, foi efetuada uma ampla reestruturação societária, em 2000, por deliberação da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 29 de dezembro de 2000. A GPC Química S.A. e a Apolo Tubos e Equipamentos S.A. registraram um ativo intangível, em contrapartida à reserva de ágio no patrimônio líquido, no montante de R\$46.455. Esse ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura das controladas, sustentado em laudos emitidos por avaliadores independentes, e era amortizado proporcionalmente à realização de lucros futuros, limitados a dez anos a partir da data de sua criação. A partir de 2009, o referido ágio passou apenas a ser sujeito a análise de recuperabilidade periódica.

## GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2011  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 12. Empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	Dez/2011	Dez/2010	Dez/2011	Dez/2010
Em moeda nacional - são indexados pelos CDI, IGP-M, IPCA, e TJLP e sobre eles incidem juros que variam de 4% a 9% a.a.	39.661	30.398	154.120	151.605
Empréstimos em moeda estrangeira - estão indexados pela variação cambial mais Libor e/ou juros que variam de 0,5% a 4% a.a.	-	-	16.053	6.517
Capital de giro/Resolução nº 63 - são indexados pelo CDI, IGP-M mais juros que variam entre 1,50% a 8,73% a.a.	-	-	133.616	151.341
IFC – 5,75 a 6,25 % a.a. + Libor + variação cambial	17.405	15.493	19.875	22.794
	57.066	45.891	323.664	332.257
Parcelas de curto prazo	(14.227)	(2.352)	(187.691)	(176.968)
Parcelas de longo prazo	42.839	43.539	135.973	155.289

As parcelas em longo prazo, consolidadas, têm o seguinte cronograma de pagamento:

	Consolidado 2011
2013	58.626
2014	54.519
2015	13.939
2016	6.940
Acima de 2016	1.949
	135.973

## GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 12. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Em dezembro de 2011 o saldo consolidado em moeda nacional por instituição financeira estava composto conforme segue:

<b>Em moeda nacional</b>	<b>2011</b>
Banco Credit Suisse	<b>8.382</b>
CCB's	<b>39.661</b>
Banco Bic Banco	<b>3.401</b>
Banco Cruzeiro do Sul	<b>11.933</b>
Banco Itaú	<b>7.667</b>
Banco Safra	<b>12.085</b>
Banco Bradesco	<b>2.143</b>
Banco Santander	<b>3.114</b>
Banco Pine	<b>558</b>
Banco Panamericano	<b>6.242</b>
Banco Real - ABN Amro	<b>4.252</b>
Banco Banrisul	<b>7.613</b>
Caixa Economica Federal	<b>27.522</b>
Banco Maxima	<b>272</b>
Banco Indusval	<b>3.066</b>
Outros	<b>16.209</b>
Total	<b>154.120</b>

#### Banco Credit Suisse

No terceiro trimestre do ano de 2010 a Controlada Apolo Tubos e Equipamentos S.A. obteve junto ao Banco Credit Suisse (Brasil) S.A. financiamento no valor total de R\$ 25.000 com vencimento de Ago/2011 a Jul/2014 totalizando 37 parcelas de R\$ 675. Por meio deste contrato de financiamento, a Controlada Apolo Tubos e Equipamentos S.A. junto com a GPC Química S.A. e GPC Participações S.A. aditam e modificam seus contratos de mútuo e estabelecem que os direitos, garantias e prerrogativas detidas pela GPC Química e pela GPC Participações nos contratos de mútuo entre estas e a Controlada e quaisquer outros instrumentos firmados entre elas passam a ser do Banco Credit Suisse (Brasil) S.A. O referido contrato de financiamento firmado contempla cláusulas restritivas relativas a índices de endividamento. Em 31 de dezembro 2011, a Controlada atendia os limites dos índices de endividamento, liquidez corrente e cobertura de juros, estabelecidos no contrato.

## GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 12. Empréstimos e financiamentos--Continuação

#### CCB's

As operações em referência são de renda fixa (opções flexíveis) e que contam com swap do Banco Prosper S.A. para ajustar a taxa ao CDI. A Controlada Apolo Tubos e Equipamentos S/A é a garantidora da operação, com cessão fiduciária dos direitos creditórios decorrentes das duplicatas emitidas em razão das vendas dos produtos produzidos e alienação fiduciária de bobinas de aço laminado quente produzidas.

No segundo trimestre de 2011 a controlada em conjunto, Apolo Tubulars, contratou empréstimo com a Caixa Econômica Federal, através de cédula de crédito bancário - capital de giro, no valor de R\$60.000, para a reestruturação e alongamento da dívida, sendo este a ser quitado em 38 parcelas mensais vencendo-se a primeira em 12 de setembro de 2011 e a última em 12 de novembro de 2014. Como garantia ao cumprimento das obrigações deste empréstimo foi dado em favor do banco os recebíveis futuros vinculados ao contrato global de fornecimento à Petrobrás e alienação fiduciária da planta industrial. O referido contrato de financiamento firmado não contempla cláusulas restritivas relativas a índices de endividamento.

Em dezembro de 2011 o saldo em moeda estrangeira consolidado por instituição financeira estava composto como segue:

<b>Estrangeira</b>	<b>2011</b>
Banco do Brasil (ACC)	<b>11.224</b>
Banco Bradesco	<b>897</b>
Banco Itau	<b>2.763</b>
Ex-ImBank	<b>1.169</b>
Total	<b>16.053</b>

## GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2011  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 12. Empréstimos e financiamentos--Continuação

#### CCB's--Continuação

Em dezembro de 2011 o saldo referente capital de giro consolidado por instituição financeira estava composto como segue:

Nacional	2011
Banco Santander	39.309
CCB's	3.563
Banco do Brasil	8.816
Banco ABC do Brasil	5.437
Unibanco	8.829
Banco Itaú	4.497
Bic Banco	4.532
Banco BBM	17.843
Banco Indusval	6.959
Banco Panamericano	9.795
Banco Daycoval	4.885
Banco Banrisul	3.957
Banco Intercape	3.340
Banco Cruzeiro do Sul	8.259
Outros	3.595
Total	133.616

#### Banco Santander (Brasil) S.A.

A controlada GPC Química S.A. contratou em 28 de maio de 2009 empréstimo com o Banco Santander Brasil S.A. através de uma Cédula de Crédito Bancário - Capital de Giro, no valor de R\$48.854, a ser quitado em 16 parcelas mensais vencendo-se a primeira em 20 de janeiro de 2.010 e a última em 20 de abril de 2011.

Em 20 de maio de 2010 houve a novação do contrato de empréstimo com o Banco Santander Brasil S/A através da cédula de crédito bancário - Capital de Giro, no valor de R\$ 49.604, a ser quitado em parcelas mensais vencendo-se a primeira em 18 de fevereiro de 2011 e a última em 30 de abril de 2015.

Com base na novação do contrato a Cia. só apresentará os balanços ao Banco semestralmente quando então será verificado se a Cia. está em acordo com as cláusulas relativas a tais parâmetros financeiros.

## **GPC Participações S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2011  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **12. Empréstimos e financiamentos--Continuação**

#### **Banco Santander (Brasil) S.A.--Continuação**

A fim de assegurar que a GPC Química S.A. possua condições financeiras para o pagamento do empréstimo, a controlada se obriga a respeitar, durante a vigência do contrato, alguns parâmetros financeiros, conforme os dados constantes das demonstrações financeiras consolidadas. Em 31 de dezembro de 2011, a Controlada atendia os limites dos índices de endividamento, liquidez corrente e cobertura de juros estabelecidos no contrato.

Como garantia ao cumprimento das obrigações deste empréstimo foi constituída em favor do Banco Santander Brasil S.A. a hipoteca de alguns imóveis localizados na cidade de Araucária no Estado do Paraná, os quais a GPC Química S.A. é legítima possuidora. Em 31 de dezembro de 2011 o saldo da dívida com o Banco Santander Brasil S.A. é de R\$39.309.

#### **CCB's**

As operações em referência são de renda fixa (opções flexíveis) e que contam com swap do Banco Prosper S/A para ajustar a taxa ao CDI. Todas as cédulas de crédito bancário são avalizadas pela Controladora.

#### **Unibanco S.A. e Itaú S.A.**

A controlada GPC Química S.A. renegociou os empréstimos anteriormente contraídos com as instituições financeiras Unibanco S.A. e Banco Itaú BBA S.A. postergando os vencimentos para o período de julho de 2011 a setembro de 2014. Os saldos em 31 de dezembro de 2011 são: Unibanco S.A. - R\$ 8.829 e Banco Itaú BBA S.A. R\$ 4.497.

#### **International Finance Corporation - IFC**

A Companhia e suas controladas Apolo Tubos e Equipamentos S.A. e GPC Química S.A. contrataram, em 24 de agosto de 2001, financiamento com o International Finance Corporation - IFC, agência do Banco Mundial, no valor de US\$35 milhões, a ser quitado em parcelas mensais em até 12 anos.



## GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2011  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 12. Empréstimos e financiamentos--Continuação

#### International Finance Corporation - IFC--Continuação

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo do referido financiamento estava composto como segue:

	GPC Participações	GPC Química	Apolo Tubos	Total
Valor inicial dezembro 2010	15.493	6.617	684	22.794
Variação cambial	1.945	(222)	-	1.723
Juros	1.019	597	35	1.651
Amortização	(1.052)	(4.522)	(719)	(6.293)
Valor final dezembro 2011	17.405	2.470	-	19.875

O valor total foi contratado da seguinte forma:

- A Apolo Tubos e Equipamentos S.A. contratou o montante total de US\$8.000.000,00 tendo sido liberados até 31 de dezembro de 2005, US\$5.500.000,00 destinados à constituição de uma nova linha de produção, que possibilitou um aumento na capacidade de produção em 120.000 toneladas por ano.
- A GPC Química S.A. (nova razão social da Synteko Produtos Químicos S.A.), contratou o montante total de US\$18.000.000,00 destinados à ampliação das plantas, montante este que foi integralmente sacado até 31 de dezembro de 2001.
- Sobre o saldo devedor dos valores já recebidos pelas Empresas citadas nas letras (a) e (b) anteriores, incidem juros com base na taxa Libor, acrescidos do *spread* de 3,75% a.a. Os pagamentos do principal estão sendo efetuados desde julho de 2004, em 14 parcelas com vencimentos semestrais em 15 de julho e 15 de janeiro de cada ano, vencendo a última em 15 de janeiro de 2011.
- O financiamento no valor de US\$9.000.000,00 captado pela GPC Participações S.A., foi repassado às controladas Apolo Tubos e Equipamentos S.A. e GPC Química S.A. Os pagamentos do principal serão efetuados a partir de 15 de julho de 2011 em quatro parcelas com vencimentos semestrais em 15 de julho e 15 de janeiro, vencendo a última em 15 de janeiro de 2013. Sobre o saldo devedor incidem juros com base na taxa Libor, acrescidos do *spread* de 4% a.a.

## **GPC Participações S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **12. Empréstimos e financiamentos--Continuação**

#### **International Finance Corporation - IFC--Continuação**

Em 05 de outubro de 2009, foi firmado aditivo ao financiamento da GPC Química S.A. e GPC Participações S.A., alongando os prazos finais de vencimento para 15 de janeiro de 2012 e 15 de janeiro de 2014, respectivamente. Foram também alterados os spreads acrescidos sobre a Libor, os quais passaram para 5,75% a.a. no financiamento da GPC Química S.A e, 6,25% a.a. no financiamento da GPC Participações S.A.

Os acionistas das Companhia que captaram o financiamento e a GPC Química S.A. são garantidores, como devedores solidários, se comprometendo a prover recursos adicionais eventualmente necessários à conclusão dos projetos de investimento aprovados pelo IFC. Os ativos representados pela planta de metanol de propriedade da GPC Química S.A., localizadas no Município do Rio - Rio de Janeiro encontram-se alienados fiduciariamente como garantia real para o financiamento.

Os contratos de financiamentos firmados pelas Controladas contemplam cláusulas restritivas relativas a índices de endividamento e outros. Em 31 de dezembro de 2011, as controladas apresentavam índices de endividamento, liquidez corrente e cobertura de juros, que não atendiam os limites estabelecidos no contrato. Entretanto, a Companhia já adotou medidas para que o mesmo atenda aos parâmetros legais estabelecidos no contrato e recebeu carta da instituição financeira confirmando a não necessidade de antecipação de pagamento deste financiamento.

Em 31 de dezembro de 2011 o saldo do empréstimo na controlada GPC Química S.A. é de R\$2.276 que está registrado integralmente no passivo circulante, e o da controlada Apolo Tubos S.A. foi liquidado neste trimestre.

### **13. Provisão para contingências**

A Companhia e suas controladas vêm discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos e reclamações trabalhistas, bem como o direito de creditamento/recuperação de impostos. A perda estimada, referente aos processos trabalhistas, foi provisionada com base em opiniões de seus assessores jurídicos, para os casos em que as chances de êxito são consideradas remotas.

Estão registradas nesta conta, também, as compensações efetuadas com créditos de IPI alíquota zero e ICMS extemporâneo sobre exportações.

## GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 13. Provisão para contingências--Continuação

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos internos e externos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	Controladora			Consolidado				
	2010	Adições	2011	2010	Adições	Utilização	Reversões	2011
Trabalhistas	-	-	-	2.220	130	(330)	(246)	1.774
Previdenciário	-	-	-	317	-	-	-	317
IPI	-	-	-	-	850	-	-	850
Pis	781	-	781	4.699	995	(10)	-	5.684
Cofins	3.599	-	3.599	21.658	4.561	(23)	-	26.196
Outros	2	52	54	2.831	3.568	-	(2)	6.397
	4.383	52	4.435	31.725	10.104	(363)	(248)	41.218

#### Depósitos judiciais

Apresentação de depósitos judiciais: Uma entidade não deve apresentar ativos e passivos e receitas e despesas líquidas a menos que requerido ou permitido pela legislação. O entendimento do pronunciamento é que o depósito judicial não atende o critério de apresentação líquida. A apresentação líquida, tanto no balanço patrimonial quanto na demonstração do resultado, exceto quando a apresentação líquida reflete a substância da transação ou outro evento, reduz a capacidade dos usuários das demonstrações financeiras de entender as transações, outros eventos e as condições em que ocorreram e de estimar o fluxo de caixa futuro da entidade. Portanto, os depósitos judiciais foram reclassificados para o grupo de ativo não circulante.

	Controladora			CONSOLIDADO			
	Dez/2010	Adições	Dez/2011	Dez/2010	Adições	Baixas	Dez/2011
Depósitos Judiciais	4.364	73	4.437	32.109	6.752	(271)	38.590
	4.364	73	4.437	32.109	6.752	(271)	38.590

## **GPC Participações S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **13. Provisão para contingências--Continuação**

#### **Natureza dos casos**

##### **a) Contingências trabalhistas**

Os processos trabalhistas são relativos principalmente a questões pleiteadas por empregados, versando sobre verbas de cunho salarial, tais como horas extras e outras. Em 31 de dezembro de 2011 possui o montante de R\$ 2.206 (consolidado) de casos considerados possíveis de perda, para os quais não foi constituída provisão para contingência.

##### **b) Processos tributários**

Os processos tributários são relativos principalmente a questionamentos de ICMS e tributos federais. Em 31 de dezembro de 2011, existiam, ainda, R\$12.819 (consolidado) de casos considerados possíveis de perdas, para os quais não foi constituída provisão para contingência.

As principais provisões para contingências fiscais referem-se basicamente à compensação no exercício de 2003, com base em liminar, de tributos federais (IPI, PIS e COFINS) com a utilização de créditos de IPI nas aquisições de matérias-primas tributados à alíquota zero, acrescido de juros SELIC.

Os processos de natureza cível montam, em 31 de dezembro de 2011, o valor de R\$316 (consolidado) considerados possíveis de perda.

##### **c) PIS e COFINS**

A Companhia recebeu Juros sobre Capital Próprio de sua controlada Prosint nos anos de 2004 a 2007, GPC Química em 2008 e da sua coligada Apolo Tubos no ano de 2010. Seguindo orientação de seus consultores jurídicos, a Companhia não recolheu PIS e COFINS sobre o JSCP, optando por efetuar depósito judicial no montante total até o exercício de 2011 da obrigação legal de R\$ 4.380.

## GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 14. Impostos parcelados (consolidado)

Com o advento da lei 11.941 de 2009 - novo REFIS - a companhia e suas controladas migraram os antigos parcelamentos (PAES e PAEX) aproveitando os benefícios de redução de multas/juros e, considerando, também, substituição do financiamento bancário.

Neste contexto, as controladas aderiram ao programa de parcelamento de impostos e, juntamente com o seu Corpo Jurídico, avaliaram os processos judiciais e administrativos, considerando àqueles cujas possibilidades eram remotas para êxito e, principalmente, pela possibilidade de liquidação dos encargos com prejuízos fiscais. Em Junho de 2011 a Secretaria da Receita Federal homologou a consolidação dos débitos federais da controlada GPC Química S/A, conforme descrito na letra c.

Dessa forma, adicionalmente aos demais parcelamentos - ordinário no âmbito da Receita Federal e demais Impostos Estaduais - os parcelamentos estão compostos, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Impostos parcelados				
PIS (a)	20	-	585	2.157
COFINS (a)	37	-	2.437	5.341
Imposto de renda (a)	946	-	2.354	6.725
Contribuição social (a)	362	-	7.971	5.594
IPI (a)	-	-	18.356	30.296
INSS (a)	-	-	3.969	8.044
ICMS (b)	-	-	22.256	15.254
Outros	-	-	701	13
Art. 3º Débitos Previdenciários- RFB	-	-	8.933	-
Art. 3º Saldo de parcelamentos - RFB	-	-	379	-
Art. 1º Dívidas não parceladas - RFB	-	-	1.105	-
Art. 3º Saldo de parcelamentos - PGFN	-	-	1.772	-
Art. 2º Aproveitamento indevido créditos - PGFN	-	-	232	-
Consolidação novo Refis	-	-	21.120	-
(-) Antecipações Novo Refis	-	-	-	(6.398)
	1.365	-	92.170	67.026
Parcela do circulante (c)	(290)	-	(19.091)	(10.158)
Não circulante	1.075	-	73.079	56.868

## **GPC Participações S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **14. Impostos parcelados (consolidado)--Continuação**

- (a) Parte destes tributos relativos às controladas Apolo e GPC Química S.A. foram parcelados conforme a Lei nº 10.637, de 31 de dezembro de 2002, atualizados pela SELIC, e Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003 (REFIS II), atualizados pela TJLP, e estão divididos entre 60 e 180 parcelas, cujo vencimento final ocorrerá em junho de 2018. Em Outubro de 2011 a controladora GPC Participações S.A. contraiu parcelamento simplificado de Pis (41 meses) e de Cofins/IRPJ/CSLL (60 meses) corrigidos à taxa Selic.

A Administração das controladas Apolo Tubos e GPC Química S.A. não tem conhecimento, até a data de emissão dessas notas explicativas, de qualquer fato ou notificação por parte da Secretaria da Receita Federal, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional ou Instituto Nacional de Seguridade Social que implique ou possa implicar na exclusão do programa PAES.

A Secretaria da Receita Federal não efetuou a homologação do pedido da controlada GPC Química S.A. de inclusão no Refis II. Os valores montam em: PIS (R\$636), COFINS (R\$3.266), Imposto de renda (R\$1.268), Contribuição social (R\$1.679). Entretanto, com o advento da MP 303 que dispõe sobre parcelamento excepcional (PAEX) de débitos fiscais (conhecido como REFIS III), em 30 de outubro de 2009, a GPC Química S.A. se utilizou de prerrogativas da lei 11.941 aderindo ao novo REFIS migrando os parcelamentos anteriores (PAES E PAEX) para nova modalidade visando os benefícios da nova lei.

- (b) Refere-se aos débitos apurados e parcelados junto aos Estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraná, conforme a Legislação Estadual específica, das unidades do Rio de Janeiro, Gravataí e Araucária, respectivamente. Os saldos do parcelamento em 31 de dezembro de 2011 são os seguintes: Rio de Janeiro - R\$11.700 (R\$6.745 em 2010), Gravataí - R\$ - (R\$993 em 2010) e Araucária - R\$10.556 (R\$7.556 em 2010), com quantidade de parcelas que variam entre 12 e 60 meses.

## GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 14. Impostos parcelados (consolidado)--Continuação

- (c) Em junho de 2011 foi homologada pela Secretaria da Receita Federal a consolidação do parcelamento da controlada GPC Química S.A. com aproveitamento de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL para amortização do saldo devedor. As modalidades incluídas no parcelamento do Refis são basicamente a consolidação de saldos remanescentes dos programas Refis, Paes, Paex e parcelamentos ordinários e dívidas não parceladas anteriormente, ambos no âmbito da Secretaria da Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Segue composição do saldo em 31 de dezembro de 2011:

Débito consolidado conf. Lei 11.941/09	38.673
Juros até a consolidação em Jun/11	2.105
(-) Utilização de Prejuízo Fiscal (25% de R\$ 65.968)	(16.492)
(-) Utilização de Base Negativa (9% de R\$ 13.810)	(1.243)
(+) Atualização Selic de Jul/2011 a Dez/2011	659
(-) Antecipações pagas	(7.957)
(-) Pagamento das parcelas de Jun/2011 a Dez/2011	(3.324)
	<u>12.421</u>

- (d) Os valores de R\$19.005 e R\$10.158 referentes à parcela de curto prazo encontram-se classificados no passivo circulante, na rubrica "Impostos e taxas a recolher".

## GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 15. Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos

#### 15.1. Créditos tributários diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferida ativa têm a seguinte origem:

	Consolidado	
	2011	2010
Prejuízos fiscais a compensar	<b>97.665</b>	171.605
Provisões para perdas de ativos	<b>8.302</b>	145
Outros	-	3.649
Parcela não constituída	-	(34.388)
Base de cálculo	<b>105.967</b>	141.011
Alíquota	<b>25%</b>	25%
Crédito tributário - imposto de renda (1)	<b>26.492</b>	35.253
Base negativa de contribuição social	<b>149.505</b>	170.193
Provisões para perdas de ativos	<b>8.339</b>	145
Outros	-	3.649
Parcela não constituída	-	(34.388)
Base de cálculo	<b>157.843</b>	139.599
Alíquota	<b>9%</b>	9%
Crédito tributário - contribuição social (2)	<b>14.205</b>	12.564
Total dos créditos tributários (1) + (2)	<b>40.697</b>	47.817

Os valores representam créditos tributários diferidos oriundos de resultados fiscais negativos acumulados (prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social) e diferenças temporárias. As controladas GPC Química S.A. e Apolo Tubos e Equipamentos S.A., fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros e determinada em estudo técnico aprovado pelo Conselho de Administração, reconheceram os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado anualmente pelas Companhias.



## GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 15. Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos

--Continuação

#### 15.1. Créditos tributários diferidos--Continuação

A controlada GPC Química S.A., conforme descrito na nota 14 e aprovado pela Secretaria da Receita Federal utilizou parte do seu prejuízo fiscal - R\$65.968 e base negativa de contribuição social - R\$13.810 para amortizar o parcelamento do novo Refis consolidado em Junho de 2011. Desta forma, a Administração da controlada com base no estudo econômico anteriormente aprovado revisou os impostos diferidos ativos com base no prejuízo fiscal e base negativa ajustados e registrou a parcela não constituída no montante de R\$11 milhões.

A Administração das Companhias, baseada em estudo econômico , entende que os lucros tributáveis futuros serão gerados em montante suficiente para realizar os referidos créditos em até seis anos, conforme a seguir:

	<b>Consolidado</b>
2012	-
2013	<b>1.964</b>
2014	<b>5.658</b>
2015	<b>9.592</b>
2016	<b>17.010</b>
2017	<b>6.473</b>
	<hr/>
	<b>40.697</b>
	<hr/>

## GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2011  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 15. Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos --Continuação

#### 15.1. Créditos tributários diferidos--Continuação

Em 31 de dezembro de 2011 os saldos acumulados de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social a compensar são formados como demonstrado abaixo:

Consolidado		
Ano	Imposto de renda	Contribuição social
1993	188	-
1994	2.473	-
1995	429	1.235
1996	43	-
1997	86	-
1998	451	-
1999	3.660	3.195
2000	383	-
2001	1.663	2.967
2002	1.507	1.608
2003	3.721	26.314
2004	(1.574)	(1.532)
2005	20.193	32.138
2006	21.349	23.066
2007	12.145	12.154
2008	(5.788)	(5.788)
2009	48.513	48.513
2010	(3.635)	12.681
2011	160	1.292
Saldo a compensar	105.967	157.843

## GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 15. Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos

--Continuação

#### 15.2. Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

	Controladora		Consolidado	
	Dez/2011	Dez/2010	Dez/2011	Dez/2010
Contribuição social				
Corrente	-	-	(110)	-
Diferida	172	(61)	1.420	(757)
	<b>172</b>	<b>(61)</b>	<b>1.310</b>	<b>(757)</b>
Imposto de renda				
Corrente	-	-	(328)	-
Diferido	479	(171)	22.681	(2.484)
Diferido	<b>479</b>	<b>(171)</b>	<b>22.354</b>	<b>(2.484)</b>

Apresentamos, a seguir, a conciliação da alíquota efetiva aplicada na apuração do cálculo do imposto de renda e da contribuição social:

	Controladora		Consolidado	
	Dez/11	Dez/10	Dez/11	Dez/10
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participação	(39.415)	(26.132)	(81.752)	(18.915)
Alíquotas oficiais	34%	34%	34%	34%
Encargos sobre				
Alíquotas oficiais	13.401	8.885	27.796	6.431
Equivalência patrimonial	(9.565)	(6.983)	614	2.116
Reversão de provisões	(19)	-	(3.574)	(1.555)
Ganho (perda) Variação Cambial	(651)	-	(1.838)	(164)
Outros ajustes	(915)	(628)	(11.327)	(430)
Outras exclusões	5	236	1.900	1.519
Constituição (reversão) sobre créditos tributários	(1.605)	(1.742)	10.093	(11.158)
Receita (despesa) no período	<b>651</b>	<b>(232)</b>	<b>23.664</b>	<b>(3.241)</b>

## GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 15. Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos

--Continuação

#### 15.3. Impostos diferidos passivos

O Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro trata, entre outros aspectos, da contabilização dos efeitos fiscais atuais e futuros da recuperação do valor contábil dos ativos reconhecidos no balanço patrimonial da entidade. Assim, uma vez efetuada a revisão da vida útil de ativos, ou atribuído novo valor de custo a itens do imobilizado, é necessária a mensuração e a contabilização do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos ou passivos para refletir os referidos efeitos fiscais que a entidade espera, na data de emissão das demonstrações financeiras, recuperar ou liquidar em relação às diferenças temporárias desses ativos. Ou seja, qualquer diferença entre a base fiscal e o montante escriturado do ativo (diferença temporária) deve dar origem a imposto de renda e contribuição social diferidos ativos ou passivos.

Os impostos diferidos passivos estão compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Contribuição social:	678	851	16.729	16.337
Imposto de renda	1.884	2.363	38.569	45.379
	<b>2.563</b>	<b>3.214</b>	<b>55.298</b>	<b>61.716</b>

#### 15.4. Impostos diferidos líquidos

Os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos devem ser compensados, para efeito de apresentação, quando estes estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária. Desta forma a apresentação desta rubrica tem a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Impostos diferidos passivos s/diferenças temporárias				
Contribuição social	679	851	16.729	16.337
Imposto de renda	1.884	2.363	38.569	45.379
Total (1)	<b>2.563</b>	<b>3.214</b>	<b>55.298</b>	<b>61.716</b>
Impostos diferidos ativos s/prejuízos fiscais				
Contribuição social	-	-	(14.182)	(12.564)
Imposto de renda	-	-	(26.427)	(35.253)
Total (2)	-	-	<b>(40.609)</b>	<b>(47.817)</b>
Impostos diferidos líquidos (1) + (2)	<b>2.563</b>	<b>3.214</b>	<b>14.689</b>	<b>13.899</b>

## GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2011  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 16. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram realizadas em condições consideradas pela Administração da Companhia como compatíveis com as de mercado, levando-se em consideração os volumes praticados nas datas das operações.

As transações com partes relacionadas estavam representadas como segue:

Na controladora:

	Ativo não circulante		Passivo circulante		Resultado	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Apolo Tubos e Equipos. S.A. (a)	61.665	30.370	-	-	6.232	1.463
GPC Química S.A. (b)	25.703	-	-	4.847	-	-
Total	87.368	30.370	-	4.847	6.232	1.463

- a) Em 22 de maio de 2010 a GPC Participações celebrou contrato de mútuo com valor de até R\$ 20.000 com a controlada Apolo Tubos que deverá ser quitado até 22 de maio de 2015. Como garantia desta operação foi emitida uma Nota Promissória de R\$ 20.000 vencível contra apresentação. Também durante o ano de 2010, no dia 21 de dezembro, foi celebrado outro contrato de mútuo com valor de R\$ 9.000, nos mesmos moldes do contrato anterior e com vencimento em 21 de dezembro de 2015. O valor transferido atualizado até 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 38.959. Nos meses de agosto e setembro de 2011 houve novos aportes com contratos de mútuo, cujo valor atualizado até 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 22.706.
- b) O valor de R\$ 4.847 em dezembro de 2010 a pagar para controlada GPC Química S.A. corresponde a antecipações por conta de juros sobre capital próprio. Nos meses de agosto e setembro de 2011 houve aportes na Controlada GPC Química S.A. que, após a liquidação do saldo de dezembro de 2010, possui em 31 de dezembro de 2011, no Ativo não circulante, o montante de R\$ 25.703.

No consolidado:

	Consolidado								Resultado	
	Ativo Circulante		Ativo não Circulante		Passivo Circulante		Passivo não Circulante		dez/11	dez/10
	dez/11	dez/10	dez/11	dez/10	dez/11	dez/10	dez/11	dez/10		
Contratos de mútuo (a)	-	-	11.390	11.390	-	-	-	-	-	-
GPC Indústria e Comércio Ltda	-	-	684	650	-	-	-	-	40	44
Banco Prosper S.A. (b)	16.540	25.982	-	-	-	-	-	-	-	-
RM Materiais Refratários (c)	-	-	2.874	2.571	2.168	450	-	-	-	-
Outras	2.059	998	-	-	-	-	410	649	-	-
	18.599	26.980	14.948	14.611	2.168	450	410	649	40	44
(-) Provisão para perdas (a)	-	-	(11.390)	(11.390)	-	-	-	-	-	-
Total	18.599	26.980	3.558	3.221	2.168	450	410	649	40	44

- (a) O valor de R\$11.390 em 31 de dezembro de 2011 (R\$11.390 em dezembro de 2010) refere-se à operação de mútuo entre a GPC Química S.A. e a Promega, o qual foi corrigido até 31 de dezembro de 2010 por taxa de juros prefixada de 12% ao ano, cuja operação é garantida por notas promissórias de emissão da devedora e caução de ativos reais e tem vencimento em 14 de julho de 2011. A Companhia constituiu provisão para perda em 100% do referido ativo, considerando que não tem expectativa de realização do mesmo.
- (b) As operações em referência são de renda fixa (opções flexíveis), que contam com swap do Banco Prosper S/A para ajustar a taxa ao CDI.
- (c) Refere-se a 60% do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital efetuado pela GPC Química S/A na Senergen – Energia Renovável S.A. (nova denominação da RM Materiais Refratários Ltda.), correspondente aos recursos não aportados pelos outros acionistas que detêm 60% do seu capital social.

## **GPC Participações S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2011  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **17. Patrimônio líquido**

#### **17.1. Capital social**

Em 31 de dezembro de 2011, o capital social subscrito e integralizado é de R\$210.200 (R\$ 150.200 em 31 de dezembro de 2010) e está representado por 358.849.702 ações ordinárias, sem valor nominal.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 08 de agosto de 2011 foram aprovadas, dentre outros assuntos:

- ▶ O desdobramento das ações existentes da Companhia na proporção de uma nova ação ordinária nominativa para cada ação possuída, conforme proposto pela Diretoria em 06 de julho de 2011 e aprovado pelos Conselhos Fiscal e de Administração, que passará de 104.424.851 para 208.849.702 ações ordinárias;
- ▶ Aumento do capital social da Companhia no valor de R\$60.000 (sessenta milhões de reais), mediante a emissão de 150.000.000 (cento e cinquenta milhões) de novas ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 0,40 (quarenta centavos) por ação. Após esta emissão, o capital social ficará representado por 358.849.702 ações ordinárias, com valor subscrito passando de R\$150.200 para R\$210.200;
- ▶ Os recursos obtidos com o aumento do capital serão destinados à capitalização de sociedades operacionais nas quais a Companhia tem investimentos. Capital esse necessário para que tais sociedades operacionais investidas possam reestruturar seus endividamentos e desenvolver suas atividades, gerando resultados para a Companhia;
- ▶ Foi assegurado o direito de preferência para subscrição proporcional das novas ações aos acionistas da Companhia, que teve um prazo de 30 dias contados a partir do dia 15 de agosto de 2011, inclusive, para exercerem os seus direitos de preferência na subscrição das novas ações, bem como para manifestarem seu interesse na reserva de sobras;

## **GPC Participações S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2011  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **17. Patrimônio líquido--Continuação**

#### **17.1. Capital social--Continuação**

- ▶ Em 31 de outubro de 2011 a Companhia comunicou aos Senhores Acionistas e ao mercado em geral que o aumento do capital social no total de R\$60.000.000,00 mediante a emissão de 150.000.000 de novas ações - tal como deliberado e aprovado na Assembléia Geral Extraordinária da Companhia, realizada no dia 08/08/2011 - foi totalmente subscrito e integralizado. Assim, como disposto no "Aviso aos Acionistas" já publicado pela Companhia em 09/08/2011, comunicou que as ações emitidas em função do aumento, antes referido, foram creditadas aos subscritores até o dia 07 de novembro de 2011.

#### **17.2. Reserva estatutária**

De acordo com o estatuto da Companhia, anualmente será constituída uma reserva estatutária, não inferior a 25% e não superior a 75% do lucro líquido do exercício, depois de deduzida a parcela correspondente à reserva legal, com finalidade de aporte de recursos a empresas em cujo capital a Companhia participe ou venha a participar direta ou indiretamente, facultada sua capitalização mediante deliberação da Assembléia Geral. Essa reserva não excederá 80% do capital social.

#### **17.3. Dividendos**

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

#### **17.4. Ajuste de Avaliação Patrimonial**

A Companhia apresenta como ajuste de avaliação patrimonial os valores dos ajustes acumulados de conversão na adoção dos novos pronunciamentos contábeis correspondentes basicamente ao ajuste de avaliação patrimonial decorrente da adoção do custo atribuído por suas controladas para certas classes de ativo imobilizado.

Os saldos decorrentes da adoção do custo atribuído são realizados com base na depreciação dos bens do ativo imobilizado das controladas que foi objeto de ajuste.

## GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2011  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 17. Patrimônio líquido--Continuação

#### 17.5. Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) (aprovado pela Deliberação CVM nº 636, de 06 de agosto de 2010 - Resultado por Ação), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os exercícios findos em 30 de dezembro de 2011 e de 2010.

O cálculo básico do prejuízo por ação é feito através da divisão do resultado líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O prejuízo diluído por ação é calculado através da divisão do prejuízo atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

<b>Apuração do resultado básico por lote de mil ações</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
Numerador		
Prejuízo do período atribuído aos acionistas da Companhia	<b>(38.762)</b>	(26.364)
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	<b>358.849.702</b>	104.424.851
Resultado básico por lote de mil ações	<b>(108,05)</b>	(252,47)

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não há diferença entre o cálculo do prejuízo por ação básico e diluído em função de ações ordinárias potenciais dilutivas.



## GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 18. Receita líquida

Conforme requerido pelo CPC 26, a Companhia apresentou a demonstração do resultado pela receita líquida operacional. Segue abaixo a conciliação da receita bruta e líquida para os trimestres findos em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010:

	Consolidado	
	Dez/2011	Dez/2010
Receita operacional líquida		
Segmento de metanol		
Receitas de vendas de metanol produzido	130.126	97.831
Receitas de vendas de formoldeído produzido	11.675	11.499
Receitas de vendas de hexametilenoctetramina produzido	4.336	4.597
Receitas de vendas de nitrato de hexametilenoctetramina produzido	1.585	1.039
Receitas de vendas de metanol adquirido de terceiros	36.129	25.642
	183.851	140.607
Segmento de resinas		
Receita de vendas de aglomerados	213.307	170.805
Receita de vendas de compensados	47.801	37.152
Receita de vendas de tratamento de pisos	11.430	12.078
	272.538	220.035
Segmento de exploração do aço		
Receita de vendas indústria e comércio de tubos de aço	259.637	300.971
Outras receitas de vendas de diversos produtos	66.331	35.879
Receita bruta de vendas	782.357	697.492
Deduções sobre vendas		
Devoluções de vendas e abatimentos	(2.104)	(2.032)
ICMS sobre vendas	(77.922)	(65.169)
PIS e COFINS sobre vendas	(67.254)	(56.644)
IPI sobre vendas	(19.829)	(18.671)
Outras	-	-
Receita operacional líquida	615.248	554.976

## GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 19. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	Dez/2011	Dez/2010	Dez/2011	Dez/2010
Despesas financeiras				
Juros	(7.707)	(2.812)	(55.093)	(54.261)
Variações monetárias passivas	-	-	(10.037)	(247)
Variações cambiais passivas	(4.587)	(2.206)	(9.128)	(5.193)
Outros	(703)	(7)	(12.399)	(6.827)
	(12.998)	(5.025)	(86.657)	(66.528)
Receitas financeiras				
Juros	6.232	1.463	4.685	4.204
Variações monetárias ativas	372	362	408	374
Variações cambiais ativas	2.643	2.893	4.590	5.444
Outros	(4)	-	1.727	5.404
	9.243	4.718	11.410	15.426
Resultado financeiro líquido	(3.755)	(307)	(75.247)	(51.102)

### 20. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Consolidado	
	2011	2010
Reversão de provisão para contingências	(3.961)	987
Perda na alienação do imobilizado	(434)	(4.461)
Despesa com ociosidade	(252)	(1.483)
Provisão para crédito liquidação duvidosa	(281)	(1.050)
Multa sobre impostos	(2.602)	(3.328)
Ajuste Refis	(34.163)	-
Outras Líquidas	5.973	2.981
	(35.720)	(6.354)

### 21. Benefícios a empregados - pós-emprego

A partir de setembro de 2006 a controlada GPC Química S.A. se associou à Previnor - Associação de Previdência Privada, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, sem fins lucrativos, organizada sob a forma de associação civil, cujo objetivo é operar planos de benefício de natureza previdenciária. O plano está estruturado na modalidade de Contribuição Definida, cujo valor no ano de 2011 da patrocinadora foi de R\$ 715, enquanto os participantes contribuíram com R\$ 523.

## **GPC Participações S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **22. Instrumentos financeiros**

#### **a) Considerações gerais**

A Administração avalia que os riscos de concentração em instituições financeiras é baixo, pois as operações são realizadas com bancos de reconhecida solidez dentro de limites aprovados pela Administração.

Parte representativa dos empréstimos da Companhia e controladas são para atendimento de seu capital de giro, e os valores aproximam-se do valor de mercado na data do balanço. Para o financiamento de longo prazo, por se tratar de fonte de financiamento específica para fazer face ao projeto de expansão das empresas, o valor de mercado foi calculado com o objetivo de obter o valor de negociação e taxas vigentes no mercado para contratos em condições e prazos similares.

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Demais ativos e passivos financeiros estão representados no balanço patrimonial pelos valores de custo e respectivas apropriações de receitas e despesas, os quais se aproximam dos valores de mercado.

Para reduzir o risco de crédito, a Administração da Companhia e controladas mantém critérios definidos, mediante o estabelecimento de limites de crédito por clientes e pela revisão periódica de performance e dos saldos em aberto

#### **b) Concentração de risco de crédito**

A fim de minimizar o risco de crédito dos investimentos, a Companhia e suas controladas adotam políticas que restringem os investimentos que podem ser alocados a uma única instituição financeira e que levam em consideração limites monetários e avaliações de crédito da instituição financeira.

## GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 22. Instrumentos financeiros--Continuação

### c) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria (consolidado)

Ativos financeiros	GPC Participações S.A.					
	2011			2010		
	Recebíveis	A valor justo por meio do resultado	Total	Recebíveis	A valor justo por meio do resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	111	111	-	138	138
Contas a receber	-	-	-	-	-	-
Tributos a recuperar	3.647	-	3.647	4.374	-	4.374
Bens e direitos a realizar	-	-	-	-	-	-
Saldos a receber de partes relacionadas	87.368	-	87.368	30.370	-	30.370
	<b>91.015</b>	<b>111</b>	<b>91.126</b>	<b>34.744</b>	<b>138</b>	<b>34.882</b>

  

Ativos financeiros	Consolidado					
	2011			2010		
	Recebíveis	A valor justo por meio do resultado	Total	Recebíveis	A valor justo por meio do resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	41.484	41.484	-	47.458	47.458
Contas a receber	65.970	-	65.970	25.342	-	25.342
Tributos a recuperar	33.084	-	33.084	35.546	-	35.546
Bens e direitos a realizar	79.209	-	79.209	49.462	-	49.462
Saldos a receber de partes relacionadas	5.617	-	5.617	4.219	-	4.219
	<b>183.880</b>	<b>41.484</b>	<b>225.364</b>	<b>114.569</b>	<b>47.458</b>	<b>162.027</b>

Os principais passivos financeiros da Companhia podem ser classificados como empréstimos e financiamentos, conforme demonstrado abaixo:

Passivos financeiros	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Fornecedores	98	47	37.657	22.837
Empréstimos e financiamentos	57.066	45.891	323.834	332.257
Contas a pagar e parte relacionadas	-	4.847	2.545	1.099
Juros sobre o capital próprio e dividendos	101	101	113	113
	<b>57.265</b>	<b>50.886</b>	<b>364.149</b>	<b>356.306</b>

Em dezembro de 2011 e dezembro de 2010, a Companhia não registrou ativos financeiros mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para a venda.

## **GPC Participações S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **22. Instrumentos financeiros--Continuação**

#### **d) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria (consolidado)**

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo.

- ▶ Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- ▶ O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm atualização monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável.
- ▶ As taxas de juros de empréstimos e financiamento são pós-fixadas e estão consistentes com as praticadas no mercado; dessa forma, os saldos contábeis informados encontram-se próximos aos respectivos valores justos.

#### **e) Análise de sensibilidade às variáveis de risco da Companhia**

A Instrução CVM estabelece que as companhias, em complemento ao disposto no item 59 do CPC 14 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação, devem divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada período, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

## GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2011  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 22. Instrumentos financeiros--Continuação

#### e) Análise de sensibilidade às variáveis de risco da Companhia--Continuação

Abaixo está demonstrada a análise de sensibilidade relativa à variação do dólar americano em relação ao real sobre os saldos de empréstimos denominados nesta moeda. Para o cenário I foi considerada a cotação de R\$2,00 por US\$1,77 como a mais provável para 31 de dezembro de 2011. Para o cenário II, considerou-se a curva do dólar divulgada pela BM&F de Chicago para 31 de dezembro de 2011.

Contrapartes	Dívida em dólares americanos	Dívida em reais em 31 de dezembro de 2011	Cenário I - expectativa	Cenário II - dólar futuro - BM&F
Moeda estrangeira	8.558	16.053	17.116	15.148
IFC	10.595	19.875	21.190	18.753
	19.153	35.928	38.306	33.901
Efeito no resultado	-	-	(2.378)	2.027
Taxas utilizadas	-	1,88	2,00	1,77

#### f) Análise de sensibilidade às variáveis de risco da Companhia

A Administração da Companhia não projeta efeitos significativos sobre o resultado em relação à realização dos saldos de contas a receber e a pagar denominados em moeda estrangeira.

Adicionalmente, a Administração estimou um cenário provável de variação da taxa CDI e TJLP. As taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente. A tabela abaixo apresenta um resumo dos cenários estimados pela Administração levando-se em consideração, além da taxa e dos indicadores, a taxa média ponderada de juros incidentes sobre os contratos:

Cenário provável		Cenário possível		Cenário remoto	
TJLP % a.a.	CDI % a.a.	TJLP % a.a.	CDI % a.a.	TJLP % a.a.	CDI % a.a.
6,00	11,60	7,500	14,498	9,000	17,397
Operação	Risco	Provável	Possível	Remoto	
Emp. e Financiamentos	Alta da TJLP	154.290	192.863	231.435	
Emp. e Financiamentos	Alta do CDI	133.616	167.020	200.424	

## GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2011  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 22. Instrumentos financeiros--Continuação

### g) Derivativos

As controladas da Companhia possuem operações de empréstimos com encargos definidos através de duplo indexador (variação cambial mais juros versus percentuais do CDI), para os quais foram contratadas as seguintes operações de swap com objetivo de reduzir o risco dos efeitos de variações cambiais:

### Contratos de swaps

Contratos	Valor de		Valor justo				Efeito acumulado - resultado			
	Posição 31/12/2011	Posição 31/12/2010	Exercício atual 2011		Exercício anterior 2010		Exercício atual 2011		Exercício anterior 2010	
			Parte ativa	Parte passiva	Parte ativa	Parte passiva	Valor a receber	Valor a pagar	Valor a receber	Valor a pagar
Banco Prosper - Cto. 10849	-	111	-	-	120	121	-	-	-	(1)
Banco Prosper - Cto. 10998	-	14.500	-	-	10.924	10.938	-	-	-	(14)
Banco Prosper - Cto. 11019	-	350	-	-	356	356	-	-	-	-
Banco Prosper - Cto. 11030	-	3.430	-	-	3.460	3.464	-	-	-	(4)
Banco Prosper - Cto. 11032	-	710	-	-	718	716	-	-	-	(1)
Banco Prosper - Cto. 11034	-	200	-	-	201	201	-	-	-	-
Banco Prosper - Cto. 11043	-	2.100	-	-	2.105	2.106	-	-	-	(1)
Banco Prosper - Cto. 11045	-	4.000	-	-	4.005	4.005	-	-	-	(1)
Banco Prosper - Cto. 11048	-	3.400	-	-	3.401	3.402	-	-	-	-
Banco Prosper - Cto. 11128	205	-	217	218	-	-	-	(1)	-	-
Banco Prosper - Cto. 11194	4.000	-	4.126	4.120	-	-	6	-	-	-
Banco Prosper - Cto. 11222	3.765	-	3.790	3.789	-	-	1	-	-	-
	<b>7.970</b>	<b>28.801</b>	<b>8.133</b>	<b>8.127</b>	<b>25.288</b>	<b>25.309</b>	<b>7</b>	<b>(1)</b>	<b>-</b>	<b>(21)</b>

A Companhia e suas controladas não aplicam em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos em caráter especulativo.

## GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 23. Cobertura de seguros

As controladas da Companhia mantêm apólices de seguro contratado junto às principais seguradoras do país que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes. As principais coberturas de seguro são:

	Risco coberto	Dez/2011	Dez/2010
Lucros cessantes	Incêndio, furto	78.532	82.032
Prédios e conteúdos (próprios) + estoques e almoxarifados	Incêndio	1.013.803	674.699
Veículos	Colisão, responsabilidade civil	21.386	22.364
Responsabilidade civil		99.290	63.855
Acidentes pessoais	Danos pessoais	5.159	8.439
		1.218.170	851.389

### 24. LAJIDA/EBITDA consolidado

É o indicador que mostra a geração econômica de caixa do negócio. Só são considerados os resultados operacionais que afetam o caixa desconsideradas as despesas e receitas operacionais como depreciações, amortizações, o resultado de equivalência patrimonial, as despesas e receitas financeiras, as outras receitas e despesas operacionais não rotineiras e, também, os impostos sobre o lucro (Imposto de Renda e Contribuição Social).

	Consolidado	
	Dez/2011	Dez/2010
Lucro (prejuízo) operacional	(81.751)	(18.915)
Despesas financeiras	86.657	66.528
Receitas financeiras	(11.410)	(15.426)
Depreciações e amortizações	30.060	27.046
Equivalência patrimonial	(23)	(12)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	32.405	-
LAJIDA (EBITDA)	55.938	59.221
LAJIDA (EBITDA)/vendas líquidas	9,09%	10,67%



## GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2011  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 25. Remuneração dos administradores

A remuneração paga aos Administradores da Companhia durante o período findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foi de R\$1.661. No consolidado, a remuneração paga referente a salários, honorários e encargos sociais no período findo em 31 de dezembro de 2011 aos Administradores foi de R\$6.909 contra R\$6.139 recebidos pelos Administradores durante o mesmo período de 2010.

### 26. Informações por segmento

A Administração agrupa as entidades em dois segmentos distintos:

- a) Química: que tem como objetivo principal a industrialização e comercialização de metanol, de resinas termofixas para a indústria de painéis de madeira reconstituída (compensado, MDP, MDF e OSB), vernizes para assoalhos e a fabricação de formol; e
- b) Tubos: que tem como objetivo produzir tubos especiais para principalmente atender o seguimento de petróleo e gás, visando, também, fornecer tubos ao mercado norte-americano.

As informações dos segmentos da Companhia estão incluídas na tabela a seguir:

	2011				
	Química	Tubos	Outros segmentos	Eliminações	Total Consolidado
Receita líquida	410.266	204.948	34	-	615.248
Lucro bruto	69.328	52.191	(84)	-	121.435
Depreciação e amortização	25.117	4.894	49	-	30.060
Lucro (prejuízo) operacional	(19.777)	(53.292)	(40.130)	31.448	(81.751)
Resultado financeiro	(38.323)	(32.921)	(4.003)	-	(75.247)
Lucro antes dos impostos	(19.777)	(53.292)	(40.130)	31.448	(81.751)
Imposto de renda e contribuição social	6.754	16.260	650	-	23.664
Participações	(333)	-	-	19.983	19.650
Lucro líquido	(13.357)	(37.032)	(39.479)	51.106	(38.762)
Ativo circulante	97.246	140.777	5.981	(2.529)	241.475
Ativo não circulante	449.436	115.366	258.351	(299.259)	523.894
Passivo circulante	170.089	99.506	19.339	(2.529)	286.405
Passivo não circulante	210.067	131.406	61.604	(132.292)	270.785

## GPC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2010				
	Química	Tubos	Outros segmentos	Eliminações	Total Consolidado
Receita líquida	309.977	244.724	274	-	554.975
Lucro bruto	49.418	77.011	(347)	-	126.082
Depreciação e amortização	24.093	2.838	115	-	27.046
Lucro (prejuízo) operacional	(32.099)	14.451	(26.980)	25.713	(18.915)
Resultado financeiro	(28.068)	(24.078)	(379)	1.423	(51.102)
Lucro antes dos impostos	(32.099)	(14.451)	(26.980)	25.713	(18.915)
Imposto de renda e contribuição social	484	(3.493)	(232)	-	(3.241)
Participações	120	4.223	-	(9.683)	(5.340)
Lucro líquido	(31.494)	15.181	(27.212)	18.829	(24.696)
Ativo circulante	73.016	115.872	5.262	(5.291)	188.859
Ativo não circulante	458.492	109.528	225.544	(256.970)	536.594
Passivo circulante	175.391	84.678	8.900	(6.539)	262.430
Passivo não circulante	175.870	78.457	58.891	(48.727)	264.491

## **GPC Participações S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2011  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **Composição do Conselho de Administração**

Presidente:	Antonio Joaquim Peixoto de Castro Palhares
Vice-Presidente:	Zélia Maria Peixoto Palhares
Membros:	Sérgio Peixoto de Castro Palhares Heitor Peixoto de Castro Palhares João Carlos Peixoto de Castro Palhares Antonio Dias dos Santos Anthony Dias dos Santos

### **Composição da Diretoria**

Presidente:	Paulo Cesar Peixoto de Castro Palhares
Diretores Vice-Presidentes Corporativos:	Emilio Salgado Filho Alcides Morales Filho
Diretores Executivos:	Carlos Eduardo de Sá Baptista Wanderlei Passarella

### **Nome do Controller**

Esdras Gomes de Souza  
Contador - CRC-RJ 68.848 - CPF nº 935.136.827-00